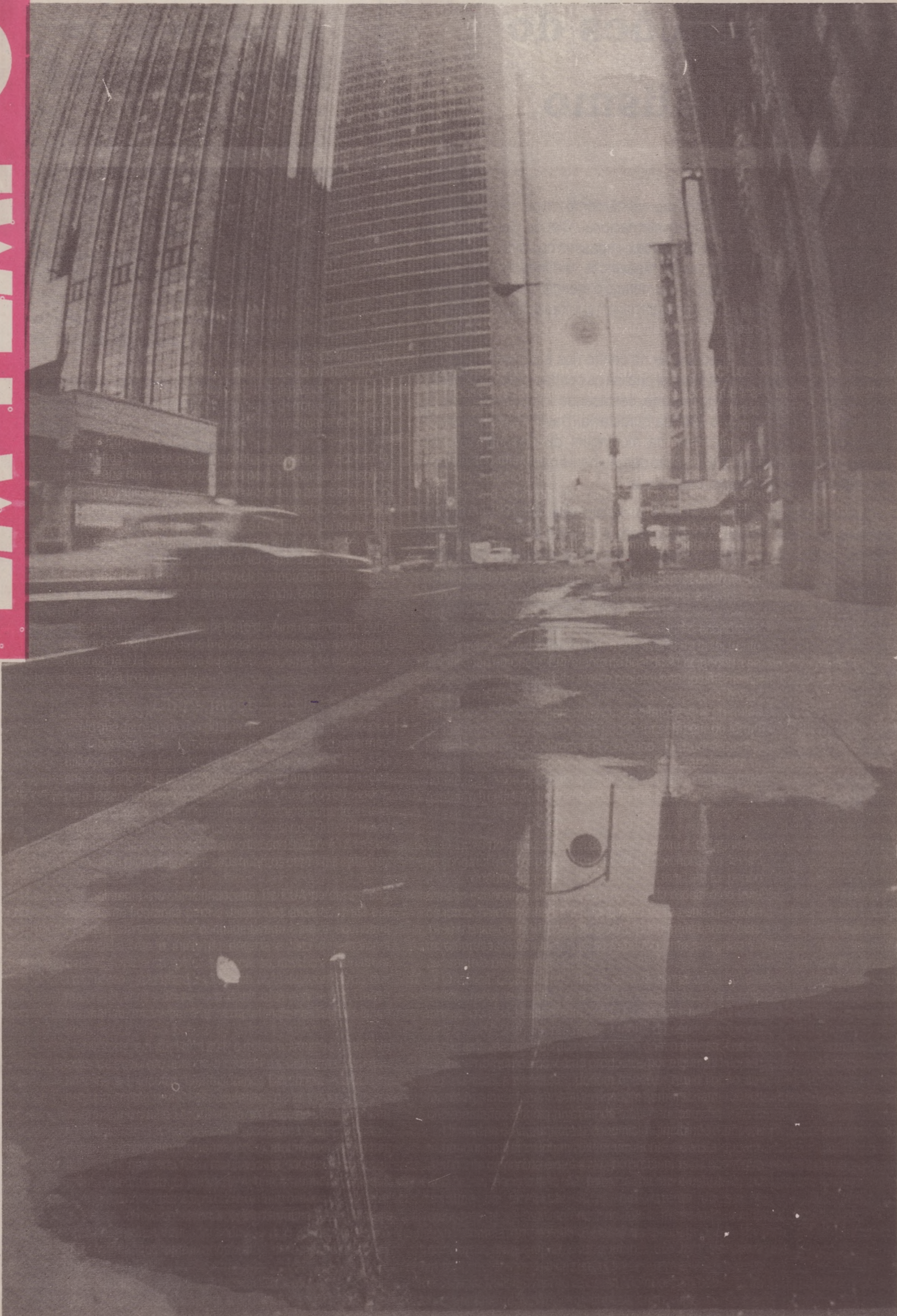


EM TEMPO!

Nº 257
Março 1992
Cr\$ 1.500,00

Publicação de caráter interno ao PT, distribuído única e exclusivamente aos seus filiados



neoliberalismo,

urss / cei, sindicalismo, misticismo

Publicação da Tendência Democracia Socialista do PT

Contradições do neoliberalismo

Esta edição 257 de EM TEMPO apresenta como um primeiro destaque uma ampla cobertura da situação internacional. Claude Gabriel analisa em profundidade os desenvolvimentos e impasses da unificação européia após o encontro de cúpula de Maastricht. Winifried Wolf discute o declínio da economia americana. E chamamos a atenção para a análise da presente recessão do capitalismo internacional feita por Maxime Durand nas páginas 6 e 7.

A extinção da URSS encontra-se no centro dos acontecimentos em destaque no mundo. Ernest Mandel analisa as contradições que conduziram ao fracasso do gorbachevismo, destacando a impossibilidade de êxito de uma reforma "pelo alto" da burocracia. David Seppo analisa o papel dos problemas nacionais na montagem da Comunidade dos Estados Independentes. E a situação das mulheres na ex-URSS é o tema da entrevista de Anastasya Posadkaya.

Outro destaque deste número é o debate que ocupa as páginas centrais de nossa edição. Armando Boito e Ricardo Antunes tem, sem dúvida, muito a dizer sobre a situação atual do sindicalismo brasileiro.

Na cobertura nacional, Eduardo Albuquerque faz um extenso balanço dos ganhos obtidos pelo governo Collor após dois anos de aplicação da política neoliberal, alertando para a tragédia que ela anuncia. Raul Pont destaca o aprisionamento de Collor pelo "Centrão" e o enfrentamento político que se anuncia para este ano. A regulamentação das deliberações do 1º Congresso do PT sobre organização partidária pelo Diretório Nacional é o tema do artigo de Joaquim Soriano. As razões do avanço do pensamento esotérico e místico no panorama cultural da atualidade são o tema do artigo de José Corrêa em "Reencantamento do mundo?"

Dedicamos esta edição de EM TEMPO ao nosso companheiro de longa data Roque Barbieri.

Companheiro Roque Barbieri

Perdemos um dos fundadores do PT. Roque Barbieri, 43 anos, trabalhador rural de Nova Milano, interior de Farroupilhas, Rio Grande do sul, morreu na madrugada do dia 9 de março.

Roque, com a vivacidade, a energia e a persistência que lhe eram características, foi um dos primeiros trabalhadores rurais a optar pelo PT. Foi também presidente do Diretório Municipal de Farroupilha, membro do Diretório Estadual do PT e vice-presidente da CUT do RS.

Em 1979, ainda sob as sombras da ditadura, Roque derrotou a direita como principal articulador da chapa de oposição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Farroupilha.

Ilustrações

Esta edição foi ilustrada com gravuras do genial Escher: p.3 - *Curl-up*; p.4 - *Still Life with Reflecting Spheres*; p.5 - *Spirals*; p.7 - *Eye*; p.11 - *Regular Division of the Plane VI*; p.14 - *Regular Division of the Plane IV*; e p.15 *Sky and Water*. Na p.8 temos a obra de Les Walking - *The site of his last embrace* (1986). Fiona Hall - *Untitled* (1986) ilustra a p.16 e o nosso Flexor a p.19. Wassily Kandinsky - *Composição VIII* está na p.22. As fotos das páginas centrais são de autoria de Fernanda Estima.

Índice :

3 Nacional : A volta do centrão - Raul Pont

4 Nacional : O novo estatuto - Joaquim Soriano

5 Neoliberalismo : A reestruturação em movimento - Eduardo Albuquerque

9 Cultura : Reencantamento do mundo? - José Corrêa

11 Debate : Impasses do sindicalismo - Ricardo Antunes e Armando Boito

16 Europa : A dinâmica da unificação européia - Claude Gabriel

18 URSS : A irresistível queda de Gorbachev - Ernest Mandel

20 URSS : Que comunidade construir? - David Seppo

22 Mulheres : Não espere - entrevista com Anastasya Posadkaya

24 EUA: queda livre? - Winfried Wolf

A volta do Centrão

"Há, assim, uma lógica inexorável em tudo o que acontece. Collor não é mais, ou menos, criativo ou conservador, do que todos nós.

E ninguém poderá negar que, neste exato instante, a saída pelo centrão é a única que lhe resta".

Editorial da ISTO É SENHOR nº 1165, 29/1/92

Raul Pont

No fundo, o editorial de Isto É equivocou-se de pronomes pois como expressão do liberalismo democrático brasileiro deveria substituir o *lhe* pelos *nós*. Em momentos de crise aguda como o que vivemos hoje, conservadores, liberais, fisiológicos de variada estirpe e liberais como Isto É afunilam suas diferenças nas saídas conservadoras tipo centrão. Historicamente, sempre agiram assim.

Collor recompôs seu ministério e o leque ampliou-se com a presença maior do PFL, do PDS, do PTB. Até o PMDB, via Quéricia e o governador Fleury, colocou um pé no Ministério da Ação Social, através da Secretaria Nacional de Saneamento.

A saída de Collor

É com essa base parlamentar, que o governo busca recuperar um mínimo de legitimidade, alicerçado no novo acordo com o FMI e com uma otimista safra agrícola.

Não devemos, entretanto, subestimar a capacidade de resistência desse governo. Seus sustentáculos são ainda muito fortes e a oposição "global" que sofreu nos últimos meses via fritura de Alcení, Magri, Margarida e outros tinha endereço certo e limites precisos. Vejamos a comovida reconciliação com ACM, governador da Bahia.

Roberto Marinho, a Fiesp e o imperialismo sabem dosar suas críticas e a Rede Globo não irá, seguramente, levar às últimas consequências a oposição à sua própria criatura.

Diz a Folha de São Paulo que simultaneamente a assinatura do acordo com o FMI, o comentário predominante no governo dos EUA é que a recuperação de prestígio de Collor muda lá na razão inversa da opinião pública no Brasil: "quanto mais impopular entre os brasileiros, mais elogiado ele é no exterior".

Esta é a questão central sobre a qual devemos operar. Explicação e resistência à política econômica subliberal de Collor, explorando a profunda ilegitimidade já acumulada pelo governo na sociedade.

O Congressado PT e a última reunião do Diretório Nacional (1 e 2 de fevereiro) tiveram o cuidado de não estabelecer uma tática que centralizasse a oposição a Collor no plano jurídico e institucional. Apesar de todas as evidências dos crimes de responsabilidade da Presidência da República que desembocariam no impedimento do Presidente, esta frente não poderá absolutizar a oposição a Collor. Devemos assumir essas providências no Congresso por sua função fiscalizadora sem encurralarmos o partido num campo de luta adverso e hoje totalmente desfavorável aos interesses populares.

Caminhos de 1992

A tese aprovada aponta para que o PT assuma a antecipação do plebiscito e que na campanha nos singularizemos na defesa não só da antecipação, mas de que qualquer mudança do sistema de governo para o parlamentarismo só é aceitável num quadro de eleições gerais e reforma institucional profunda do próprio Congresso: nova proporcionalidade semelhante para todo o país, função somente federativa para o Senado e nova estruturação partidária com real controle dos partidos (e eleitores) sobre os mandatos.

Teremos uma audiência privilegiada no ano de 1992. O processo eleitoral nos permitirá um espaço que vem sendo boicotado ao Lula, ao governo paralelo e aos dirigentes



partidários. A partir das escolhas das candidaturas petistas teremos uma infinidade de companheiros ocupando espaços na imprensa local e regional e isto deve ser um palco privilegiado para darmos caráter nacional aos pleitos municipais.

A previdência, o salário, a reforma agrária, a defesa do patrimônio das empresas públicas, a antecipação do mandato presidencial, a reforma constitucional e o desvendamento do que significa o subliberalismo aplicado por Collor são os temas complementares, mas obrigatórios, com as plataformas de governo e os problemas locais.

Obstáculos a superar

O PT precisa, rapidamente, clarificar e aprofundar os desdobramentos de sua alternativa de antecipação do plebiscito e mudança do sistema político. Essa questão não foi aprofundada nem no Congresso nem na direção nacional e tende a paralisar o partido em sua relação a uma saída abrangente e institucional para a crise.

A antecipação do plebiscito foi aprovada por maioria mas não há uma consciência difundida sobre como operar nesse quadro e mesmo com uma vitória. Não há um convencimento claro sobre o parlamentarismo e os limites da reforma constitucional que queremos efetivar, e isto não pode esperar o Encontro Nacional.

Os filiados necessitam isso com a mesma objetividade e clareza que marcou o debate sobre as alianças possíveis para as eleições deste ano. O leque restringiu-se, corretamente, a uma preferência com os partidos de esquerda e a possibilidade - caso a caso - de avaliar nas instâncias de direção regional, alianças pontuais com o PSDB e o PDT, condicionando os casos em que são governo e como quase exclusão, o PMDB.

A maioria esmagadora das vanguardas sindicais, populares e de juventude não conhecem as resoluções nem seus desdobramentos para a conjuntura. E, por maioria na Executiva Nacional, optou-se em fazer do último programa gratuito de TV uma divulgação do nosso trabalho nas prefeituras em detrimento de uma didática explicação para milhões sobre o significado para nós da antecipação do plebiscito e da antecipação das eleições gerais, a reforma constitucional, enfim, como materializar aquilo que está na cabeça de milhões de brasileiros: **Basta COLLOR**.

Por fim, além da necessária definição clara e de tradução acessível da tática para milhões, o PT precisa combinar isso com a reafirmação de sua utopia revolucionária. A imensa maioria dos que estavam e continuam desencantados com a exploração capitalista esperam de nós uma explicação dos acontecimentos mundiais e uma saída que não se limite a tornar um pouco menos selvagem e predatória a reprodução da sociedade capitalista.

Raul Pont é deputado federal pelo RS e membro da Executiva Nacional do PT.

Quanto mais Collor é impopular entre os brasileiros, mais ele é elogiado no exterior.

Devemos aprofundar a discussão sobre a antecipação do plebiscito e a mudança do sistema de governo.

O novo estatuto



Joaquim Soriano

É bom salientar que a discussão sobre reorganização do partido no 1º Congresso foi bastante prejudicada. No princípio do ano de 91 a proposta era a constituição de comissões que num processo de aproximação sucessiva chegasse a construir uma proposta de "Regimento Interno" para a apreciação do 1º Congresso. Depois de algumas idas e vindas, chegou-se ao 1º Congresso com diferentes "teses" sobre reorganização partidária. É de se registrar que muitas delas bastante insuficientes, pouco amadurecidas, inclusive e principalmente a tese que foi aprovada, a apresentada pela tendência interna Articulação.

O que muda

O tempo destinado ao debate sobre organização partidária no próprio 1º Congresso foi totalmente exíguo, prendendo-se principalmente aos temas "direito de tendência" e "no mínimo 30% de mulheres na direção". Nestes polêmicos e nevrálgicos pontos o 1º Congresso rejeitou as propostas conservadoras. O PT agora terá o mínimo de 30% de mulheres nas instâncias de direção e garante o direito dos petistas se organizarem *no interior* do partido para a defesa de suas posições.

Apesar das limitações apresentadas acima, acreditamos que as resoluções aprovadas no 1º Congresso significam um passo importante, num processo mais longo, de construirmos um partido melhor estruturado, mais democrático, mais vacinado contra as permanentes "tentações burocráticas".

A Resolução do Diretório Nacional portanto teria que ser condizente com as resoluções congressuais e pressionada pelas suas lacunas e insuficiências.

As instâncias de direção que serão eleitas nestes encontros, nos diversos níveis, de abril a junho de 1992, terão seus mandatos até o segundo semestre de 1993, quando será realizado o 2º Congresso do PT.

Participam dos encontros os filiados em dia com a sua contribuição financeira (1% do salário declarado) a partir de janeiro de 1992.

Delegados aos Encontros

Neste aspecto esta resolução inspira-se nas regras já adotadas para a realização do 1º Congresso. Os delegados aos encontros são de base territorial (zonas eleitorais, municípios e estados) e de setores (sindical, agrário, mulheres, negros, ecologia, portadores de deficiências, saúde, assuntos indígenas, educação, juventude, transporte + moradia +

associações de moradores, e aposentados + pensionistas).

Mantem-se a delegação direta do município (ou zona) para o Encontro Nacional (1/12 da delegação ao Encontro Estadual, sendo que no lugar onde na hora da votação estiverem presentes 75 (setenta e cinco) filiados já envia um delegado ao Encontro Estadual).

Nestes encontros privilegia-se, para efeito da delegação, os filiados que estão presentes e diminui-se o peso dado às delegações pelo número de filiados. Um dos problemas aí é que ainda convivemos com um número grande de fichas cartoriais, de filiados não encontráveis. Para avançar no processo de *refiliação*, ela será obrigatória no ato de credenciamento destes encontros, em todos os níveis.

Os delegados serão eleitos por chapas ou por candidaturas nominais (uma denominação melhor do que o "avulso" utilizado para o 1º Congresso).

Novas instâncias

As alterações introduzidas agora são de maior importância do que a simples mudança de nomenclatura. São criados os Conselhos Deliberativos e as Comissões Dirigentes.

Os encontros **não** elegem mais a totalidade dos membros das instâncias de deliberação e de direção, mas tão somente 60% dos seus integrantes. Os demais 40% são eleitos anteriormente à realização dos encontros.

No caso do Conselho Deliberativo Nacional, por exemplo, ele será composto por:

a) Conselheiros eleitos nos Encontros Estaduais na proporção de 1 por 15.000 filiados no estado ou fração majoritária em cima e aberta em baixo.

b) Conselheiros indicados pela bancada federal na proporção de 1 para 10 e fração majoritária em cima e aberta embaixo.

c) Conselheiros eleitos nos Encontros Setoriais. Para o futuro esperamos que sejam realizados os vários Encontros Setoriais nos seus diversos níveis. No entanto este ano isso seria impraticável, mas para iniciarmos o processo de constituição dos setores, este ano será assim:

- O setor que realizar encontros em pelo menos 5 (cinco) estados, com quórum mínimo de 75 presentes na hora da votação, já elegerá um Conselheiro. Elegerá mais 1 para cada 15 presentes no Encontro Nacional vindos dos Encontros Estaduais deste setor.

Para os Conselhos Deliberativos Estaduais a representação territorial se dará através das micro-regiões, ou seja, os atuais Diretórios Regionais proporão uma divisão dos estados em micro-regiões. O Encontro aprovará esta divisão e durante o próprio encontro reunir-se-ão os delegados destas micro-regiões num fórum e elegerão os Conselheiros Estaduais. A proporção será de acordo com o número de presentes neste fórum na hora da votação a ser estabelecida pelos atuais Diretórios Estaduais.

Esta forma de composição dos Conselhos Deliberativos pode viabilizar instâncias deliberativas que dêem conta da multiplicidade de situações, ambientes e movimentos sociais onde o PT se encontra.

Toda eleição por chapas obedecerá ao princípio da proporcionalidade direta, as chapas podem ser incompletas e no caso de chapas para compor instâncias de direção, para manter a proporcionalidade, devem ter no mínimo 30% de mulheres.

Os Encontros também elegerão, neste caso só através de chapas, uma Comissão Dirigente dentre os membros do Conselho Deliberativo. Isto permite que esta instância de direção e condução política represente de forma proporcional as diferentes sensibilidades, proposições políticas globais e visões de mundo presentes nos Encontros. □

O Diretório Nacional começa a concretizar o novo estatuto do PT.

A reestruturação em movimento

Eduardo Albuquerque

No dia 15 de março de 1992, Collor completou dois anos de governo. Neste período, o governo obteve *sucesso na implementação de pontos prioritários de seu projeto neoliberal*. A unidade que conseguiu em torno de si foi capaz de garantir apoio parlamentar, jurídico e político para medidas decisivas de seu projeto. A turbulência política, as dificuldades no plano parlamentar, choques com o empresariado etc não impediram tal sucesso. As consequências dessas "reformas" não devem ser subestimadas e já podem ser percebidas em todo país. As reformas realizadas anunciavam a tragédia.

O significado da hegemonia neoliberal poderia ser sintetizada nos seguintes pontos: 1) governo central autoritário, prática de um Executivo imperial; 2) intervenção do aparato estatal reorientada no sentido da *inserção passiva* na ordem internacional em rearranjo; 3) rapinagem do setor estatal produtivo e lucrativo; 4) ataques aos restritos direitos sociais conquistados; 5) um mandato para derrotar o movimento operário (e a recessão detonada pela intervenção do Estado no primeiro dia do governo Collor não pode ser vista apenas como uma medida econômica).

Os movimentos da reestruturação

1) A recessão

A principal arma da política neoliberal é a *recessão*. Detonada a partir de uma brutal intervenção do Estado (através de uma "reforma monetária" que realizou um enorme confisco da poupança popular), impondo um controle rigoroso da política monetária, heterodoxamente seguindo um figurino ortodoxo. Recessão foi a grande meta do Plano Collor I. Neste aspecto atingiu seu objetivo. Fica clara a inspiração de um "ajuste a la chilena". No entanto, os mesmos resultados não se verificaram no combate à inflação. Foi necessário um Plano Collor II e hoje a inflação persiste em um patamar próximo dos 30%. Essa política recessivomonetarista persiste e é reafirmada no recente acordo com o FMI.

2) Política Industrial e Comércio Exterior

É de março de 1990 a "*Política Industrial e de Comércio Exterior*", onde a principal medida é a eliminação de um conjunto de restrições ao comércio exterior (diminuição da burocracia, redução de alíquotas, estabelecimento de Grupos de Trabalho entre setores industriais e governo para discutir um cronograma da abertura comercial). Neste documento a *ausência* de uma política industrial é nítida, havendo muito mais uma *proclamação de intenções*.

A esta "Política Industrial" seguiram-se o *Plano de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria*, PABCT (12/9/90), o *Plano Brasileiro de Qualidade e Produtividade*, PBQP (7/11/90), o *Plano de Competitividade Industrial*, PCI (27/2/91). Não é sensato considerá-los meros documentos. Orientaram um conjunto de medidas. Sinalizaram mudanças para outros setores (como, por exemplo, o PABCT e a nova ofensiva pela vinculação das universidades aos grandes grupos, através do mecanismo do controle privado do repasse das verbas públicas ao setor de pesquisa). Criaram o pano de fundo para outras ações como a Lei da Informática e as privatizações. E apontam, como veremos adiante, para um "modelo de indústria" sintonizado com o "ajuste a la chilena".

3) Informática, patentes, propriedade intelectual

A ofensiva do governo no campo da política de informática e de patentes, pressionando o Congresso a favor de novas leis que se enquadrem no figurino FMI-GATT é exemplar para o tipo de inserção pretendido pelo neoliberalismo:



reconhecer as patentes, não colocar qualquer contraponto à livre atuação das grandes corporações da área de informática, biotecnologia, farmacêutica, química fina etc. Diga-se de passagem que o reconhecimento dos direitos das grandes corporações dos setores de ponta da economia mundial sobre as inovações - algo certamente decisivo para a atuação destes grupos nestes tempos de acelerada transformação tecnológica - é um dos pré-requisitos para a "integração" econômica preconizada pela "Iniciativa das Américas" de Bush.

4) Privatização

A política de privatização (Programa Nacional de Desestatização, decreto de 12/04/90), apesar de proclamada ainda em 90, começou a sua implementação a partir de outubro de 1991. O ano de 1990 foi um ano de arranjos, auditorias e armações. Preparativos, enfim. A privatização começou pela USIMINAS (uma lucrativa e moderna estatal do setor siderúrgico). Uma política de privatização mais para a "chilena" do que para "mexicana".

A vitória do governo no caso da USIMINAS abriu a temporada das privatizações. Já foram doadas quase dez estatais. Estão em diferentes estágios de preparação da privatização estatais como a Companhia Siderúrgica Tubarão, a Companhia Siderúrgica Nacional, a EMBRAER, a COSIPA, a LLOYD, a ÁLCALIS, a ACESITA.

Com as vitórias obtidas o governo vai ficando mais audacioso e quer ir mais longe. Começa a falar na privatização da TELEBRÁS e na própria PETROBRÁS. Na arena política o governo já age tentando abrir caminho para essas privatizações, através de um conjunto de mudanças constitucionais, que visam pôr fim ao monopólio estatal das telecomunicações, da comunicação de dados, do transporte e refino de petróleo, da produção e distribuição de energia elétrica.

Há operações menos visíveis, menos retumbantes, mas não menos importantes, através da entrega para setores privados das partes mais lucrativas, mantendo o Estado as partes menos rentáveis, como na área de telefonia.

5) Liberdade para o capital internacional

No campo da movimentação de capitais, da "integração do Brasil no circuito internacional do capital" há inúmeras medidas que abrem novas áreas ao capital estrangeiro (bolsas), apontam para maiores facilidades para a sua

O governo Collor obteve sucesso na implantação de pontos centrais do projeto neoliberal.

NEOLIBERALISMO

locomoção (mudanças na lei de remessa de lucros), oferecem excelentes oportunidades para recursos externos (como garante o DFA sendo uma "moeda" da privatização) abrem áreas antes "estratégicas" para a sua atuação.

O sentido geral dessas mudanças se encaixa nas reivindicações do capital de "livre movimentação". O Brasil vai se preparando para entrar na rota de alguns "passeios financeiros" da especulação internacional, aumentando o campo para a valorização rápida de capitais ociosos.

Este ponto é importante porque é uma das "pedras de toque" da política neoliberal. A abertura ao capital estrangeiro é vista como a grande saída para a retomada do crescimento.

As mudanças centrais do neoliberalismo estão começando a se consolidar.

6) Estado financiando multinacionais

Talvez tentando evitar que os prognósticos oficiais fracassassem (eles são sempre mencionados em qualquer documento oficial), o governo abriu uma linha de financiamento para as multinacionais! É isso mesmo: em 22/04/92 o presidente Collor assinou um decreto autorizando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a realizar tais financiamentos. Resultado: este "fato inédito nos quarenta anos da história da instituição" (Visão 22/1/92) já fez surgir 28 pedidos de 22 multinacionais (entre elas a Shell, a Bayer, a Rhodia, a Coca-Cola...), que abocanharam mais de US\$ 330 milhões que o BNDES destinou à nova linha de financiamento.

7) Previdência Social: quebrar para privatizar

Outra área que o governo tem atuado com grande eficácia é na preparação da privatização da Previdência Social. Cobiçada pelo setor financeiro nacional, manipulando vultosos recursos, esse processo pode ter dupla consequência: deterioração da qualidade dos serviços para a população trabalhadora e pobre e ampliação da lucratividade dos bancos. A linha de atuação do governo é a da desmoralização da previdência pública, tentando mostrar a sua inviabilidade e ao mesmo tempo vender a privatização como uma solução mágica para tal setor.

8) Sucateamento dos serviços públicos

Finalmente, merece destaque a política deliberada de sucateamento generalizado dos serviços públicos (com destaque para a saúde e a educação), que se articula com a trágica farra com os recursos que deveriam chegar à área social (vide a relação entre Roseane Collor e os escândalos da LBA).

A recente "Carta de Intenções" aprovada pelo FMI é mais uma reafirmação de toda essa política em curso, insistindo

no binômio recessão-reformas neoliberais.

O impacto da reestruturação

Não se deve subestimar as medidas já implementadas e/ou anunciadas. Gostaria de insistir: para além dos efeitos conjunturais, alterações de caráter estrutural estão começando a se consolidar no país. Aí está o risco e a tragédia. E a urgência de um projeto alternativo.

1) Recessão e crise social

Depois de uma década perdida, impor uma recessão de dois anos e prometer a sua continuidade é um ato de barbárie. Pois é isso que promete o governo Collor.

Vejam os dados recentes.

TABELA I

Crescimento do PIB

ANO	PIB	IND	AGRIC	SERV
88	-0,1	-3,6	-12,4	-0,1
89	3,2	5,7	1,8	1,5
90	-4,6	-8,9	-4,1	-0,6
91	1,1	-0,4	2,4	2,1

Fonte: IBGE. Para 1991, acumulado jan/setembro
Gazeta Mercantil 29/1/91

Na proposta apresentada ao FMI está prevista a continuidade da recessão. O acordo prevê crescimento zero (0%) para 1992.

O custo social desta política é enorme. Hoje, apenas na Grande São Paulo (principal região industrial do país) existem um milhão de desempregados, representando uma taxa de 11,3%. É importante este dado tanto pelo significado da região mas também pela confiabilidade da pesquisa, realizada com a participação do DIEESE (G.M. 20/2/92). Já uma pesquisa do IBGE detectou em 1991 uma retração de 10,2% nos postos de trabalho das indústrias brasileiras. Segundo o instituto foi a pior marca desde 1972 (ano em que se inicia o cálculo deste índice) (G.M. 12/2/92).

A deterioração salarial também é enorme. Em novembro de 1991 ele atingiu o seu menor valor desde que foi criado (em 1940): o índice foi de 29,19, tomando por base o valor de 1940 (G.M. 31/12/91 e 2/1/92).

A combinação entre uma política recessiva com o ataque aos serviços públicos e a retração dos investimentos sociais apenas aprofunda a dramaticidade da situação atual. A

O fim das ilusões

Maxime Durand

A situação da economia mundial é, hoje, marcada pelo desaquecimento. A inquietude começa a se fazer sentir: um recente editorial do *The Economist* intitula-se "Em queda livre?". A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) teve que rever suas previsões. O crescimento em 1991 foi muito baixo, 1,1% para o mundo capitalista como um todo, com o aumento do número de desempregados em 3,4 milhões em um ano. A OCDE previu que a situação melhoraria um pouco em 1992, com um crescimento de 2,2%. Mas, na realidade, não se vislumbra qualquer perspectiva de crescimento harmonioso da economia capitalista mundial. Como escreve a revista *L'Expansion*, "a retomada, caso ocorra, será frágil e sem vigor: a economia dos grandes países industriais entra em uma cura de desintoxicação".

Debate fechado

Esta conjuntura morosa oferece-nos muitas lições. Em primeiro lugar, acaba com o debate aberto com o bom desempenho registrado entre 1988 e 1990. Ele poderia ser explicado de duas maneiras. Os otimistas pensavam

que a política liberal estava finalmente dando frutos: o "ajustamento estrutural" havia saneado as economias o suficiente para que elas pudessem, enfim, retomar o ritmo de crescimento de antes da crise.

Mas este período poderia também ser interpretado como uma simples fase de substituição dos investimentos e portanto tratar-se de uma retomada conjuntural. O desaquecimento atual mostra que esta interpretação era a correta. As datas de virada são inequivocamente anteriores à Guerra do Golfo, variando conforme o país: meados de 1988 para Grã-Bretanha, meados de 1989 para os Estados Unidos e fim de 1989 para a França e a Itália.

Crescimento do Produto Nacional Bruto

	1983-89	1990	1991	1992
USA	3,9	1,0	-0,5	2,2
Japão	4,6	5,6	4,5	2,4
Ex-Alemanha. Or.	2,7	4,5	3,2	1,8
França	2,1	2,8	1,4	2,1
Itália	3,1	2,0	1,0	2,0
Grã-Bretanha	3,5	0,8	-1,9	2,2
OECD	3,7	2,6	1,1	2,2

Fonte: OECD

A segunda característica da fase atual aparece na tabela abaixo, que mostra que a economia dos grandes países está evoluindo de forma dessincronizada. Ela ajuda a explicar porque a economia mundial conseguiu evitar uma terceira recessão generalizada, onde todas as economias recuavam simultaneamente (como em 1974/5 e 1980/2).

O fim dos mitos

Examinando mais de perto a situação de cada país, percebemos que o ano econômico de 1991 marca o fim de três ilusões. Em primeiro lugar, da ilusão liberal. É evidente que o desaquecimento é particularmente perceptível na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, ao ponto de aí podermos falar de uma verdadeira recessão. Os países do "liberalismo triunfante" alcançaram seus limites e os dias em que eram um exemplo estão terminados.

A segunda ilusão desmentida pela realidade é a da formação do "grande mercado europeu". O mito de 1992 tinha sido proclamado aos quatro ventos pelos tecnocratas de Bruxelas, que prometiam pelo menos dois milhões de novos empregos. Em 1991, o número de empregos na Comunidade Européia estagnou, enquanto a taxa de desemprego ficava entre 8,9 e 9,3% da população ativa. A

deterioração do tecido social no país é uma realidade assustadora e presente em todo o país. A crise social se aprofunda pressionada de vários lados pela política neoliberal.

2) A queda dos investimentos e a falta de projeto para sua retomada

Para enfrentar esse quadro a política neoliberal não apresenta uma proposta consistente. Sequer se coloca, seriamente, algum projeto de retomada dos investimentos na economia brasileira (e os investimentos são o pré-requisito para uma retomada consistente do crescimento econômico).

E esse é o ponto central para o futuro da economia brasileira. Os dados recentes sobre a retração dos investimentos são impressionantes. Basta que se compare os dados da Tabela abaixo com o dado de 1974: naquele ano o total investido na economia brasileira alcançou a 25% do PIB. A queda nos investimentos é enorme, como se vê.

TABELA II

Formação Bruta de Capital Fixo/PIB (% valores a preços constantes de 1980); Total Investimento em Equipamento (Nacional e Importado)/PIB (% valores a preços constantes de 1980); Índices de Investimento em Equipamento Nacional e Importado (1980 = 100)

ANO	INV/PIB	INV(EQ)/PIB	EQ. IMP	EQ. NAC
1980	22,9	8,5	100	100
1990	16,0	4,9	98	57

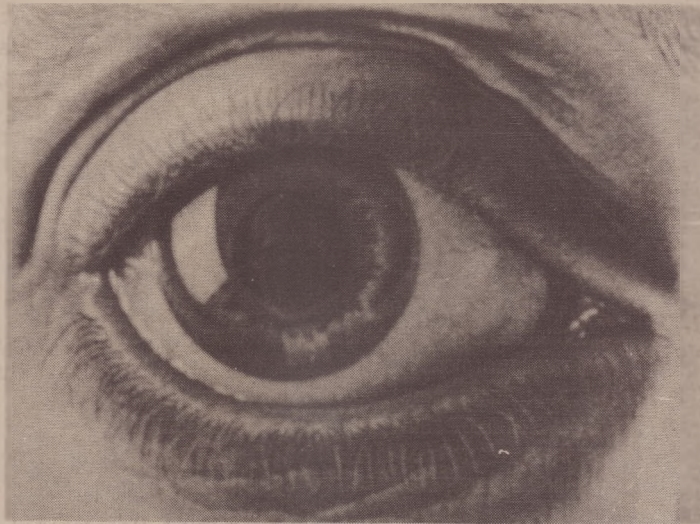
Fonte: IBGE (Conjuntura Econômica 31/7/91)

Para o ano de 1991 as primeiras estimativas indicavam uma redução ainda maior: segundo o IPEA o investimento alcançaria o índice mais baixo dos últimos anos, alcançando o valor de 15,3 % do PIB (G.M. 29/10/91).

Mais do que a constatação da brutal redução da taxa de investimento, é necessário observar a redução relativamente superior dos investimentos em equipamento (e dentre eles, a redução ainda maior da sua produção nacional, que atinge em 1990 o seu valor mais baixo de 1980). Para 1991 a previsão é ainda menor: a produção brasileira de bens de capital mecânicos, segundo a ABIMAQ, caiu 18,75 % em relação a 1990. Tal produção havia ultrapassado a casa dos US\$ 20 bilhões em 1986 e até setembro de 1991 chegava a apenas US\$ 11,83 bilhões (F.S.P. 5/12/90).

3) A regressão industrial já começou

Dada a importância do setor de bens de capital numa



economia (é o setor que "propaga" o progresso técnico), estes dados apontam para uma regressão particularmente preocupante. Essa regressão não parece ser meramente conjuntural, não sendo mero reflexo da recessão, mas já se combinando com algumas manifestações da "Política Industrial" do governo Collor, em particular de sua política de "abertura de importação".

As primeiras repercussões da "Política Industrial" são sentidas em outros setores. Empresas multinacionais se aproveitam das facilidades da abertura e fecham unidades de produção no país, argumentando ser mais econômico buscar os produtos em unidades mais avançadas tecnologicamente. É o caso da Parker, da Philips (que fechou uma fábrica de circuitos integrados em Recife), da Man Roland (fabricante alemã de máquinas gráficas) e da Ford.

Já as empresas nacionais vão alterando seus planos. No setor de informática, por exemplo, a Itautec desistiu de montar uma unidade de produção de leitoras óticas, preferindo apenas revender o produzido fora. A Villares (indústria de equipamentos) desativou o seu departamento de robótica, ao mesmo tempo que decide firmar uma "joint venture" (comercial) com a IBM para a venda de estações de trabalho. Na área de automação bancária a Digirede anuncia um acordo comercial com a IBM.

Essas notícias são de enorme significado: nos setores

A regressão da indústria já se faz sentir em muitos setores.

supressão das barreiras alfandegárias não deslançou uma nova dinâmica de acumulação, que é determinada por outros fatores.

Enfim, a terceira ilusão acabou de explodir. A reunificação da Alemanha e, de uma maneira geral, a abertura de novos mercados no Leste, deveriam dar o fôlego que o capitalismo necessitava para superar a crise. Isto também foi um desapontamento. A reunificação foi mais custosa do que o previsto e o crescimento da Alemanha, bastante forte em 1990, está agora diminuindo. Ao mesmo tempo, os supostos novos mercados do Leste entraram em colapso. Durante a primeira metade de 1991, a produção industrial recuou 29% na Bulgária, 14% na Tchecoslováquia, 17% na Hungria, 9% na Polônia e 17% na Romênia. Na ex-URSS, a queda neste período foi de 12%

Uma crise duradoura

Como pode ser explicada esta virada a nível internacional? Ela deve ser vista como resultado do efeito de várias contradições que até então vinham sendo contidas. A fundamental é a seguinte: o restabelecimento dos lucros realizado durante a década que termina va não podia ser acompanhado da abertura de mercados suficientes. O crescimento da demanda baseava-se em vários mecanismos, dois dos quais atingiram seus limites.

A distorção crescente das rendas em detrimento dos salários não podia continuar aprofundando-se inde-

finidamente. Do mesmo modo, a tendência ao endividamento generalizado que permitiu, particularmente nos Estados Unidos, sustentar a demanda, não podia prolongar-se. O capitalismo estava, portanto, em vias de redescobrir a famosa contradição entre lucros e mercados.

O outro elemento envolve a redução dos desequilíbrios financeiros a nível mundial. O crescimento dos anos 80 foi sustentado por uma assimetria entre as três grandes potências financeiras: o déficit americano crescente foi financiado pelos excedentes japoneses e alemães. Este desequilíbrio está agora sendo reduzido, porque o déficit americano e o excedente alemão estão diminuindo, enquanto o excedente japonês continua a crescer (ver tabela).

Outro traço marcante da atual conjuntura consiste na redução das margens de manobra das políticas econômicas. Aí também se fazem sentir os efeitos da década liberal. A presente recessão nos Estados

Unidos é certamente menos grave do que a do início dos anos 80, mas muito mais longa do que o previsto. Um relançamento da economia puxado por gastos orçamentários poderia permitir uma retoma geral, mas isso é impossível pelo peso do déficit público já acumulado.

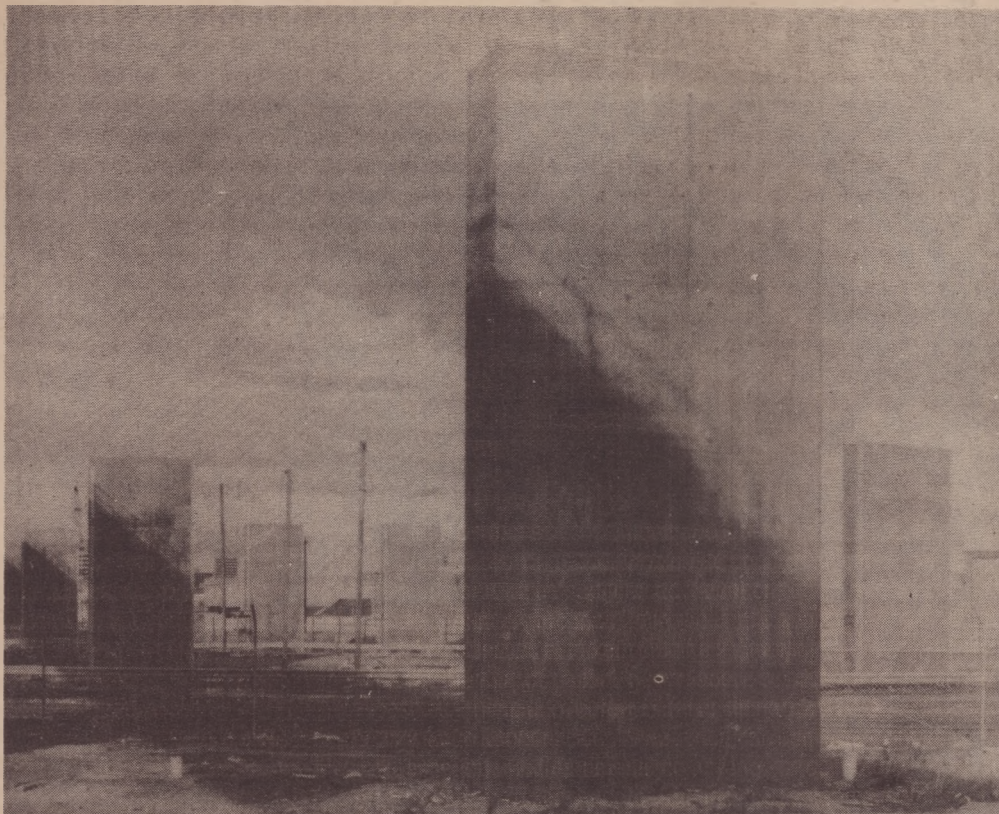
Tensões inflacionárias

Um último fator marca, enfim, esta conjuntura, o que os economistas burgueses chamam de "tensões inflacionárias". Isso remete para a manutenção de uma relação de forças mínima entre os trabalhadores e o patronato. Toda retomada do crescimento muito rápida é acompanhada de um crescimento considerado muito rápido dos salários. Este fenômeno contribui para explicar o desaquecimento das economias da Alemanha e do Japão, que apenas se iniciam. No Japão, a inflação subiu de 0% em 1987 para 4% em fins de 1990. Não é muito, mas indica uma forte tensão no mercado de trabalho. Não é sinal de um colapso, mas de um arrefecimento da acumulação de capital em escala mundial.

A atual conjuntura ilustra perfeitamente a idéia de que o capitalismo não saiu realmente da crise e que não encontrou mecanismos suficientemente estáveis para restabelecer seu dinamismo. Aqueles que ele vinha utilizando tendem a se revelar cada vez menos eficientes e cada vez mais custosos.

	Balança comercial (bilhões de dólares)			
	1989	90	91	92
EUA	-116	-108	-72	79
Japão	77	63	98	106
Alemanha	78	73	20	21

Fonte: OECD



estratégicos como a indústria de bens de capital, de informática, e mesmo na indústria automobilística (responsável até hoje por boa parte do dinamismo da economia brasileira), a regressão já se faz sentir. E isto repercutirá em outros setores, chegando à educação, à ciência e à tecnologia. Afinal, se o horizonte do projeto neoliberal é tão restrito, por que desenvolver setores que serão inúteis desde o seu ponto de vista?

4) Deterioração da capacidade de financiamento

Do ponto de vista da recuperação da capacidade de financiamento do Estado, o governo incentiva a sua deterioração. Vista grossa para a *grande* sonogação, não ataca o nervo da crise que é a atividade econômica subterrânea (economia informal) praticada a partir dos grandes grupos exportadores. Estes alimentam todo o circuito subterrâneo (que faz desaparecer com algo em torno de 13 % do PIB, portanto isento de qualquer tributação), a economia informal e a fuga de capitais.

Ao contrário de uma política que atacasse tais pontos, o governo decide alimentar mais esses setores: na sua "nova" política de incentivo ao comércio exterior, esses grupos terminam recebendo novos recursos e benefícios.

Esta política apenas demonstra um dos pontos centrais da política neoliberal: atribui ao setor privado (nacional e estrangeiro) o papel de agentes de financiamento de uma possível nova expansão. Num estudo prospectivo realizado pelo IPEA (organismo de pesquisa e assessoramento econômico ligado ao governo) vários cenários são montados e em todos a participação do setor público é pequeno: 5,7 % do PIB na melhor hipótese, 3,2 % na pior. Já o setor privado poderia ficar entre 21,4 % do PIB ou 15,7 %. (G.M. 16/5/91).

A hipótese mais "otimista" do cenário (que seria moderada dada as necessidades de taxas de investimento talvez superiores para recuperar o atraso social e tecnológico da década perdida) comporta uma mudança enorme com o padrão de financiamento clássico na economia brasileira: entre 1975 e 1979 - durante o último ciclo expansivo - os investimentos públicos representaram uma média de 43 % do total.

A chamada poupança financeira que já retornou ao setor privado alcança US\$ 80 bilhões (dezembro de 91). Já falamos dos US\$ 50 bilhões que estariam depositados em contas no exterior. As várias medidas do governo não foram capazes de encaminhar esses recursos para a produção. A "ciranda financeira" está de volta, agora mais internacionalizada. A questão do financiamento do desenvolvimento econômico fica sem resposta.

5) A dinâmica do movimento sindical

A recessão dificulta a luta. Isto deve ser visto por dois

lados. Em primeiro lugar no interior das grandes unidades de produção do país (em geral são nas grandes empresas onde o movimento sindical combativo acumulou maior capacidade de organização e mobilização): nas 500 maiores empresas privadas do país o número de trabalhadores empregados caiu em 16,5% desde o início do governo Collor (Exame 5/2/92). Em segundo lugar, o desenvolvimento do mercado informal, dos trabalhadores contratados sem carteira assinada no coração da indústria brasileira (como reconhece a FIESP), abre novos problemas para a atuação sindical.

Ao lado dessas consequências imediatas da recessão atual, detecta-se em alguns setores industriais a tendência à terceirização da produção (repassando inúmeros serviços realizados dentro de uma grande empresa para outras firmas menores, subcontratadas). No mínimo isto estabelece novas condições de luta em vários setores.

No interior das grandes empresas estatais, a ofensiva da privatização não conheceu qualquer mobilização séria em seu interior que a contestasse.

A reestruturação em curso atinge o movimento sindical também por alterar as condições de luta no interior da qual ele se desenvolveu no período recente.

Marginalização da periferia

Por trás da política mais visível da recessão, de suas consequências sociais imediatas, vai se operando uma mudança estrutural, que é a passagem a uma política de *inserção passiva da economia brasileira na ordem internacional* (que substitui a inserção dependente e ativa que predominou dos anos 30 aos 70).

Suas características são: 1) flexibilização geral da economia nacional para facilitar a livre movimentação do capital (seja especulativo, seja as operações estratégicas de reposicionamento das empresas para a nova fase de concorrência internacional); 2) desarticulação do núcleo estatal de grandes empresas que foram até hoje centrais para a alavancagem dos ciclos de crescimento no país; 3) inexistência de políticas de recuperação da capacidade de financiamento do setor público, atribuindo o fundamental dos possíveis novos investimentos ao capital estrangeiro.

Porém, a predominância das políticas de cunho neoliberais que determinam a dinâmica da inserção passiva se combina com um profundo reordenamento da economia internacional que reserva para os países do Terceiro Mundo uma *tendência a maior marginalização*. Mesmo países como o Brasil deverão conhecer uma redução de seu peso nos fluxos internacionais de capitais. O desenvolvimento da automação, dos novos materiais, da biotecnologia apresentam novas características para a movimentação internacional. Pode-se afirmar que o interesse do capital será mais localizado, mais tópicos, mais restrito, portanto, incapaz de bancar a alavancagem de um novo ciclo de crescimento.

A economia brasileira vai sofrer o *impacto combinado* da predominância interna da política da *inserção passiva* exatamente num momento em que o rearranjo internacional da economia aponta para uma *tendência à marginalização crescente* de economias periféricas como a brasileira. Por isso a reestruturação em movimento anuncia uma tragédia.

O horizonte não é promissor. A hipótese que poderia ser formulada, caso a reestruturação prossiga em seu curso, é a de uma *"modernização" limitada* (que gera algumas "ilhas de eficiência"), combinada com um certo grau de regressão industrial e tecnológica, associada a uma intensificação da crise social e da miséria.

A urgência de uma alternativa

Já assistimos os primeiros atos desta tragédia anunciada. É necessário combater em toda linha o projeto neoliberal de Collor.

O momento exige a apresentação de um projeto de *reformas estruturais* vinculadas ao nosso projeto democrático e popular, capaz de contribuir para o avanço da democracia e para a construção de um novo modelo econômico. Essas reformas estruturais devem apontar para qual "reforma do Estado" pretendemos (que envolve a sua desprivatização, sua democratização e a sua gestão transparente pela sociedade), qual modelo de desenvolvimento econômico (que combine o desenvolvimento do mercado interno com a viabilização do acesso às novas tecnologias), a execução das reformas sociais tão necessárias e a definição de qual inserção na economia mundial. OPT já tem um acúmulo para responder a esse desafio. □

A economia brasileira tende a se marginalizar no novo contexto internacional.

Reencantamento do mundo?

José Corrêa

O clima cultural e ideológico de nossa época não está marcado apenas pelo avanço neoliberal e pelo recuo do pensamento socialista. Outras correntes estão também disputando espaço na sociedade, formulando explicações do mundo, definindo sensibilidades, construindo valores, etc. O espiritualismo é uma destas correntes de pensamento em ascensão. Seu desenvolvimento é um desafio maior colocado para o pensamento socialista.

O neoliberalismo como forma de consciência dominante estabelece as referências fundamentais perante as quais as demais estão tendo que se mover: o mercado, a concorrência, a distribuição dos recursos em benefício dos mais fortes. Ai, o indivíduo guiado unicamente por seus interesses particulares e pela relação instrumental não apenas com as coisas, mas também com as pessoas, a sociedade e a natureza é o modelo de comportamento imperante. Todos os temas são apropriados e subvertidos pela plasticidade do discurso de defesa do capitalismo. A racionalidade subjetiva e instrumental dominante é apresentada como a única válida.

Frente ao pensamento burguês hoje dominante, assistimos ao desenvolvimento do pensamento místico, mágico e de outras formas de reflexão espiritualista, não apenas a nível internacional (inclusive nos países centrais), mas também no Brasil - como podemos observar empiricamente em muitas livrarias, onde seções de ciências humanas são gradativamente desalojadas por livros sobre astrologia, tarô, cristais, pirâmides, etc. A incapacidade de apreender de forma racional os processos que determinam a vida contemporânea e/ou aceita-los como interpretados pelas tendências dominantes do pensamento atual conduz um número cada vez maior de pessoas a revalorizarem formas esotéricas de reflexão ou a se engajarem em movimentos culturais espiritualistas - que surgem como um refúgio num mundo hostil. O desencantamento do mundo, que acompanha o desenvolvimento do pensamento racional e secular e o domínio da humanidade sobre a natureza, teria que ser revertido pelo reencantamento do mundo, de forma que ele pudesse voltar a ser apreendido pela magia, a natureza reantropomorfizada, etc.

Multiplicidade de formas

A dimensão deste recrudescimento das formas místico-esotéricas de pensamento não deve ser subestimada. Há um processo mais antigo e fundamentalmente positivo de valorização da espiritualidade, de elementos morais, de rejeição romântico-revolucionária do mundo, etc, que reforça os movimentos de emancipação humana. É deste ponto de vista que podemos valorizar um processo como o desenvolvimento da Teologia da Libertação. Mas não é isso que dá o tom no momento. É, de um lado, o preocupante avanço do fundamentalismo religioso, tanto islâmico como cristão - nos países árabes, na América Latina (inclusive no Brasil), na Europa do Leste, nos países centrais (particularmente nos EUA). E, de outro, ainda mais grave, a revalorização do misticismo em setores sociais que tem maior acesso à cultura, como as classes médias e mesmo entre intelectuais.

Uma parte disso pode ser explicada como simples modismo, difusão de hábitos que no passado estavam associados à religiões (como a meditação) mas que hoje perderam seu significado original ou ainda novos jogos para alimentar a necessidade lúdica dos seres humanos, trabalhando mitos e fantasias. Outra, porém, representa a adesão real a valores que antes eram desqualificados, com pessoas passando a apreender, muito mais do que antes, o mundo de forma mística.

Globamente, este movimento não pode ser identificado

com a afirmação de nenhuma instituição religiosa, exceto pelo das seitas messiânicas nas camadas sociais mais desarticuladas. Trata-se, antes, de um multiforme desenvolvimento da superstição, da religiosidade e da espiritualidade e/ou de práticas a elas associadas.

A explicação deste processo não é simples. Ela não pode ser dada por nenhum fator isolado. É o resultado da conjugação de várias mudanças socio-políticas, ideológicas e teóricas que condicionam o clima cultural da atualidade. É também um processo profundamente heterogêneo, desigual, marcado pelas diferenças de classe: os movimentos que se desenvolvem junto às massas populares são diferentes daqueles que ocorrem nas camadas médias.

A "modernização" social

O desenvolvimento de movimentos religiosos fundamentalistas nos países do Terceiro Mundo é um tema onde já há um importante acúmulo explicativo por parte da sociologia contemporânea. O desenvolvimento do capitalismo e, de forma mais geral, os processos de mudança social, desestruturam as formas tradicionais de existência e desagregam os laços anteriores de coesão social, mergulhando comunidades inteiras no turbilhão da transformação de seus modos de vida.

A situação mais comum é o desenraizamento que marca a passagem do mundo do campo para as cidades. A mudança nas condições de vida e o acesso a informação (via rádio e TV, hoje generalizados) não significam uma mudança radical das estruturas mentais, mas sim sua adaptação a novos marcos sociais. Esta realidade é mentalmente processada dentro do antigo quadro de referências - onde tem peso a relação de dependência perante os processos naturais e seus tempos próprios, os elementos mágicos, o animismo. São grupos sociais aos quais, majoritariamente, ainda não foram dadas as condições de estruturar uma visão de mundo predominantemente laica e cientificista e interpretam o mundo de forma religiosa.

Nestes marcos é que se desenvolveram os movimentos laicos populistas ou as lutas de libertação nacional hegemônicas por correntes socialistas, oferecendo a perspectiva de um mundo melhor. Na falência destes movimentos e frente aos impasses aparentemente insolúveis do capitalismo na periferia, surge um vácuo político-ideológico que tende a ser ocupado por movimentos religiosos (em sociedades mais laicas, por movimentos nacionalistas, que podem combinar-se com movimentos religiosos). Os movimentos fundamentalistas, em particular, não apenas oferecem uma explicação para a vida e estruturam valores que permitem reorganizar, nas novas condições, uma existência menos desagregada, como também reconstituem um certo sentido de comunidade, restabelecendo relações mais solidárias e estreitas entre grupos de indivíduos. O ascenso do fundamentalismo religioso está, assim, em muitos países, determinado pela incapacidade de movimentos seculares tanto pró-capitalistas como socialistas de oferecerem uma perspectiva de progresso social para vastos setores da população.

Crise do "socialismo"

O fator mais evidente a condicionar o clima cultural contemporâneo é a crise das sociedades que se apresentavam como socialistas. O movimento socialista apresentava-se como a força dinâmica de nossos tempos, como o agente capaz de conduzir à superação da exploração, injustiça e alienação do mundo capitalista e construir uma utopia concreta. Hoje, a vaga aberta pela revolução de 1917 se esgotou, o movimento socialista internacional encontra-se em crise, na defensiva no plano político e ideológico. Na esteira deste processo, todas as debilidades do pensamento socialista são colocadas em evidência (como, por exemplo,

O clima cultural favorável ao avanço do pensamento místico resulta da conjugação de várias mudanças.

As seitas fundamentalistas ocupam um vazio político, reconstituindo relações de grupo.

a ausência de uma reflexão mais desenvolvida sobre a constituição da personalidade ou sobre a ética). Em muitos países, mesmo para setores críticos do capitalismo, o marxismo e o fundamental do pensamento socialista tradicional aparecem como coisas do século XIX, como ideologias ultrapassadas.

Delineia-se para a maioria um mundo onde os poderes imperiais do grande capital parecem não encontrar mais barreiras. Um mundo onde 80% da humanidade sofre com a miséria, fome, opressão e guerra. A perspectiva de superação da prepotência das metrópoles parece deslocar-se no horizonte, na melhor das hipóteses, para um futuro indefinido. Uma ordem opressora não só se apresenta como eterna, mas nenhuma alternativa real desenha-se frente a ela, exceto para pequenas vanguardas.

As consequências ideológicas deste processo são enormes. Para os que rejeitam, ainda que de forma confusa o neoliberalismo, a perspectiva de vida num mundo árido, as saídas coletivas não parecem ter lugar. A rejeição do materialismo dominante, a busca de soluções individuais e a sensação de impotência alimentam, sem dúvida, uma grande valorização da reflexão mística. Escapismo, mas também a valorização de temas, comportamentos e sensibilidades críticas positivas, mas que só parecem encontrar espaço nos marcos de correntes e práticas espiritualistas.

Ecologia

A relação da sociedade e dos indivíduos com a natureza e o meio-ambiente é um antigo objeto de reflexão filosófica. Essa foi uma das temáticas presentes no movimento hippie e na contra-cultura dos anos 60. Mas foi a eclosão de um forte movimento ecológico internacional de massas, a partir dos anos 70, que transformou radicalmente a compreensão dominante sobre estes temas.

As raízes objetivas disso são muito fortes. As consequências cumulativas do impacto da industrialização e da ocupação intensiva do planeta sobre a biosfera começam a se tornar dramáticas: efeito estufa, redução da camada de ozônio, destruição das florestas tropicais, etc. Do enfrentamento destas questões deriva um necessário questionamento do modelo de desenvolvimento baseado no domínio predatório sobre a natureza que não apenas caracteriza o capitalismo, mas também as várias experiências de inspiração socialista. A decorrente generalização da crise da idéia de progresso abriu um vazio não apenas na ideologia burguesa, mas também no pensamento socialista dominante.

A crítica ao industrialismo, ao produtivismo, ao consumismo, à idéia de domínio dos seres humanos sobre a natureza e a sua substituição pela perspectiva de uma relação harmônica, não apenas apontam grandes desafios teóricos e filosóficos, como estruturam novos valores e sensibilidades, correspondendo a mudanças importantes na visão de mundo daqueles por ela influenciados.

Essa temática vem perspassando e sendo apropriada pelas várias correntes de pensamento. Vários setores burgueses tentam responder a esses desafios, o que dá uma legitimidade oficial às preocupações ecológicas - nos anos 70 era um tema marginal de movimentos alternativos. Há também uma tentativa dos movimentos socialistas incorporarem essa problemática. Há uma reflexão própria, que pretende estruturar uma visão global de mundo desde um ponto de vista ecológico. E, por fim, ele passa a ser uma das bases de toda uma série de movimentos esotérico-naturalistas e de práticas que se difundem amplamente, em particular nas camadas médias.

Paradigmas científicos

As ciências naturais sempre foram o modelo a partir do qual se generalizaram-se as percepções do que é ciência. E para quase todos ela identificava-se com a imagem que dela construiu o positivismo: neutralidade axiológica, exterioridade do observador frente ao objeto de estudo, a quantificação, a redução às leis básicas, a causalidade mecanicista, a previsibilidade, etc. Um conjunto de métodos, procedimentos e concepções sintetizados num modelo simples e elegante.

Essa concepção de ciência faliu. Os desenvolvimentos da física, que era a grande referência para este modelo, foram quebrando, desde a formulação da teoria da relatividade e da mecânica quântica (que subverteram as concepções clássicas de matéria, espaço e tempo), as condições para a

sustentação dos esquemas determinísticos. Problemas como a criação da ordem pela desordem, a entropia, o caos e o acaso constituíram uma visão probabilística que complexificou enormemente a nossa imagem do mundo natural.

O impacto filosófico disso foi a desestruturação das velhas concepções sem que uma nova tivesse já condições de ocupar o seu lugar. Isso afetou até mesmo as concepções simplificadoras do marxismo de inspiração positivista (revalorizado nos anos 60 sob a inspiração de Althusser). Vulgarizações apresadas alimentaram, neste quadro, um questionamento geral da própria ciência e do pensamento racionalista, na ausência do qual abrem-se as portas para o retorno de toda forma de pensamento regressivo.

Razão instrumental

Há duas tradições filosóficas que acumularam uma crítica à concepção de razão e ciência dominantes no pensamento ocidental. Uma primeira, que se origina em Nietzsche, passou a criticar a idéia iluminista da razão emancipadora, como o instrumento por excelência de libertação da humanidade, igualando o conhecimento à vontade de poder. Uma linha própria desdobra esta reflexão até a obra de Foucault e o desconstrutivismo contemporâneo. A segunda, que desenvolve-se a partir da Escola de Frankfurt, não abandona o projeto iluminista, mas empreende uma crítica feroz da razão igualada à razão instrumentalizada em ferramenta de domínio sem freios da natureza e dos seres humanos. O fetichismo das ciências, estimulado pelo positivismo, contribuiu para aprisionar a humanidade nas engrenagens do mercado e das instituições estatais.

Estas tradições críticas contribuem para desenvolver concepções desalienadas da razão e da ciência, para constituir um pensamento que reconhecendo as carências, necessidades e limites dos indivíduos possam contribuir para a emancipação humana. Não é outro o sentido de grande parte do debate filosófico e científico contemporâneo, que assimilou ou está assimilando com centralidade elementos frontalmente contrapostos ao pensamento positivista e instrumental, como a psicanálise, a ecologia ou o feminismo. A razão hoje não pode desconhecer as paixões, os gêneros ou pretender simplesmente afiançar o domínio sobre a natureza.

Mas estas críticas são, igualmente, utilizadas para alimentar o ceticismo para com qualquer projeto emancipador global, qualquer perspectiva utópica, reforçando o descrédito no pensamento racional e o caudal do misticismo e do espiritualismo.

A razão emancipatória

O conjunto de coordenadas que examinamos delimitam um campo favorável ao desenvolvimento de um clima cultural em que pode proliferar a crítica não só ao marxismo, ao socialismo e a qualquer utopia, mas ao próprio racionalismo, isto é, às próprias condições de formulação destas formas de pensamento e projetos.

Há uma contradição irreconciliável entre o pensamento animista, mágico ou místico e o projeto emancipatório do socialismo, que visa a libertação e a desalienação da humanidade de toda forma de opressão. Que o fundamentalismo religioso alimenta-se da ignorância é um dado que não pode ser negado. Mas as formas mais sofisticadas de misticismo também o fazem, deformando o debate científico de vanguarda, esvaziando o potencial libertário e revolucionário da luta ecológica, alimentando o conformismo e o ceticismo, questionando qualquer perspectiva utópica.

A ignorância é reconhecida, desde o século XVIII, como a mãe de todas as opressões. O projeto iluminista era inicialmente um projeto pedagógico, antes que o marxismo demonstrasse que os educadores também tem que ser educados e que a única emancipação real é a auto-emancipação. Depois, a psicanálise evidenciou que a esfera da subjetividade é muito mais complexa do que se pensava no século XIX e que emancipação humana é também resultado de um diálogo com ela. Hoje, com o aprofundamento de nossa compreensão do mundo, percebemos que temos novas barreiras para superar.

Mas a continuidade do processo permanente de reconhecimento e superação dos limites à auto-emancipação humana só é possível na continuidade do projeto racionalista. A proposta do iluminismo não deve ser rejeitada, mas ampliada e radicalizada, única forma de defendê-la eficazmente. □

Um mundo onde parece não existir alternativas ao capitalismo favorece a busca de soluções individuais.

A crise dos modelos científicos e filosóficos alimenta o descrédito da ciência e do racionalismo.

Impasses do sindicalismo

Armando Boito e Ricardo Antunes são dois conhecidos estudiosos do sindicalismo brasileiro. Ambos acabam de publicar livros em que analisam o percurso recente do movimento sindical. **EM TEMPO** promoveu um debate entre eles organizado por Juarez Guimarães, Isaac Akcelrud e Antonina Silveira.

Recomendamos também aos interessados no tema a leitura de Ricardo Antunes - **O novo sindicalismo**. SP, Brasil Urgente, 1991 e Armando Boito Jr. - **O sindicalismo de Estado no Brasil**. Uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas, Editora da UNICAMP, SP, HUCITEC, 1991.

- Quais as linhas básicas do balanço que vocês fazem do movimento sindical na década de oitenta e de seus impasses atuais?

Ricardo - Houve uma luta grevista intensa ao longo da década de oitenta. Em 1987, houve cerca de 132 milhões de jornadas não trabalhadas. Ao mesmo tempo, esta luta, apesar de absolutamente imprescindível em razão da permanente degradação salarial, corresponde ao que Marx uma vez chamou de "luta de guerrilhas": no momento imediatamente posterior à greve, a dilapidação salarial ocorria novamente. O processo inflacionário continua, a luta sindical se mostra inglória.

Acredito que a partir de meados dos anos oitenta, colocou-se para o movimento sindical a necessidade de uma mudança qualitativa. Se é verdade que este caráter de resistência da luta sindical sempre vai continuar até porque a super-exploração do trabalho é um traço do nosso capitalismo, a partir de 1987 ou 1988 o movimento sindical brasileiro viu-se diante de impasses decisivos. A partir daí, não é mais possível para a CUT enquanto uma central formada no movimento sindical de esquerda, atuar somente no âmbito de uma luta defensiva.

Neste mesmo período, começou a se gestar um sindicalismo de resultados, o qual depois veio a constituir a Força Sindical, que começou a acentuar uma dimensão política e ideológica no âmbito da luta sindical. Uma nova direita no movimento sindical aderiu pela primeira vez de forma consistente à defesa ideológica do capitalismo.

Por esta época, começou a ganhar força dentro da CUT a noção de que a saída deste impasse seria alcançada à medida em que ela abraçasse uma concepção sindical que hoje predomina no capitalismo avançado, especialmente na Europa Ocidental. Um sindicalismo voltado para a participação, para a negociação com a ordem dominante, procurando conquistar melhorias para os trabalhadores no limite desta ordem.

Eu pergunto: é possível dar o salto de qualidade necessário a partir de uma concepção que prioriza a negociação com a ordem ou é possível e necessário este movimento sindical atuar na direção de uma negociação *contra* a ordem? O impasse do sindicalismo brasileiro está no fato de que ele não conseguiu enfrentar esta questão decisiva. Na minha opinião, a luta reivindicativa tem de estar ligada a um projeto econômico para o Brasil, tendo como eixo as classes trabalhadoras. E é inevitável que este projeto econômico alternativo, embora voltado para pensar o aqui e agora, tenha nítidos elementos de confronto a valores, a padrões capitalistas que dominam em nosso país.

Ao contrário do que se apregoa no mundo capitalista avançado - que vivemos o fim das ideologias - o impasse do movimento operário e sindical brasileiro é um impasse no plano político e ideológico. Ele está aquém do que um movimento sindical de esquerda deveria ser. E quem ganha neste quadro? Ganha a direita sindical que neste vazio aberto tem negociado dentro da ordem.



Há um impasse que faz com que a luta sindical seja centralmente defensiva. Uma característica que fica mais reforçada se acrescentarmos a este quadro, uma taxa de crescimento brutal do desemprego, como vem ocorrendo nos últimos anos.

Armando - Para fazer o balanço dos anos oitenta, é necessário manter o pé em duas canoas: de um lado, destacar o fortalecimento do movimento sindical ao longo destes anos e enfatizar, portanto, as suas potencialidades; ao mesmo tempo, não cair numa avaliação baluartista que consistiria em não ver as suas fraquezas.

Houve, em primeiro lugar, uma grande expansão do movimento sindical: expandiu-se geograficamente pelo país e incorporou novos setores sociais. Antes de 64, da classe média só os bancários faziam sindicalismo. Hoje, fazem os professores, os médicos, etc. Antes de 64, o sindicalismo praticamente não havia chegado ao campo. Havia o movimento das Ligas Camponesas, mas reivindicações de assalariados rurais praticamente inexistiam, contrastando com o movimento atual no qual temos algumas regiões como a Zona da Mata, no Nordeste, o norte do Rio de Janeiro, o centro-norte de São Paulo onde o movimento sindical chegou ao campo e, ao que tudo indica, para ficar.

O movimento sindical brasileiro viu-se, a partir de 1987/8, diante de impasses decisivos.



Armando Boito

**Um sindicalismo
que negocia
com a ordem ou
contra a ordem?**

Os níveis de atividades grevistas também contrastam fortemente com o período anterior a 64. É verdade que de 1954 até o golpe militar, houve uma atividade grevista bastante ampla no Brasil. Mas, ao longo dos anos oitenta, existem duas características muito marcantes. Em primeiro lugar, entre os países mais populosos do globo, o Brasil estaria entre aqueles dois ou três de maior incidência de greves. Em segundo lugar, surgiram com relativa frequência greves de confronto, seja com o Poder Judiciário ou o patronato, através de manifestações massivas, ocupações de fábricas e grandes confrontos como ocorreu em São Bernardo, em Volta Redonda, em Itaipu, etc.

Uma terceira observação: se no pré-64 o movimento sindical contava com uma certa complacência do governo populista, que tinha uma política reformista superficial, hoje este movimento sindical manteve um nível altíssimo de atividade grevista confrontando-se permanentemente com o poder organizado dos monopólios, inclusive no período ditatorial.

Destacado este fortalecimento, expansão e, portanto, esta potencialidade do movimento sindical, é necessário indicar alguns problemas. O movimento sindical teve força suficiente para tornar irreversível a crise da ditadura militar. Porém, ele não serviu para organizar politicamente e acumular forças o quanto poderia ter sido acumulado. É verdade que nasceu a CUT e o movimento sindical tem muito a ver com o nascimento do PT.

No entanto, algumas debilidades de fundo persistem, como o baixo índice de sindicalização que ainda se registra hoje no Brasil. Quando foi iniciado o ciclo grevista de 1978, segundo a pesquisa sindical do IBGE, havia 23% da força de trabalho sindicalizada no país. Dez anos depois, mais de 500 milhões de jornadas de trabalho não trabalhadas por motivo de greve, em 1988 este índice de sindicalização havia permanecido estável: tinha passado, também de acordo com as indicações do IBGE, para 24%. Estes índices nos dois casos são irrealistas. Na verdade, pode-se dividi-los por dois como mostram pesquisas e outras fontes que a gente pode confirmar. Baixo índice de sindicalização, dificuldades de massificação da organização de base sindical. Todos recordam-se das expectativas que se criaram em torno às comissões de fábrica, da organização nos locais de trabalho na conjuntura de 78, 80. E não eram expectativas infundadas. Havia condições objetivas e um mínimo de condições subjetivas para o sindicalismo brasileiro desenvolver-se num ponto em que ele sempre foi muito frágil: o enraizamento no local de trabalho. No entanto, passados dez anos, o balanço é negativo em relação a estas expectativas. Organizaram-se comissões de fábrica importantes, mas isso não se difundiu e não se tornou uma regra.

Ricardo - Gostaria de expor uma outra idéia sobre os impasses atuais. O sindicalismo brasileiro em boa medida caminhou nos anos 80 na contra-corrente do que aconteceu no sindicalismo europeu: naqueles países houve, em geral,

queda nas taxas de sindicalização, política sindical defensiva, desestruturação aguda dos partidos da esquerda tradicional. É importante lembrar que na Europa houve uma metamorfose do mundo do trabalho, as políticas de flexibilização da produção, tentativas de alteração do fordismo e do taylorismo, a desconcentração das unidades produtivas, de desregulamentação do trabalho, tudo isto desnorteou o sindicalismo europeu que abandonou aquela sua política de sindicalismo de classe dos anos 50, 60, 70 e aderiu ao sindicalismo de participação. No caso brasileiro, nos anos 80, esta tendência não se deu: houve um intenso movimento grevista, uma enorme explosão dos assalariados médios, o renascimento das centrais sindicais, o nascimento da CUT.

Esta aceitação de negociar dentro da ordem - sindicalismo de participação - é uma das possibilidades do sindicalismo brasileiro nos anos 90. E ela é trágica: se ela é problemática na Europa, onde há um melhor padrão de vida da classe trabalhadora, em países do Terceiro Mundo como o Brasil, México, Venezuela, Argentina, onde dominam políticas econômicas recessivas, os resultados serão terríveis.

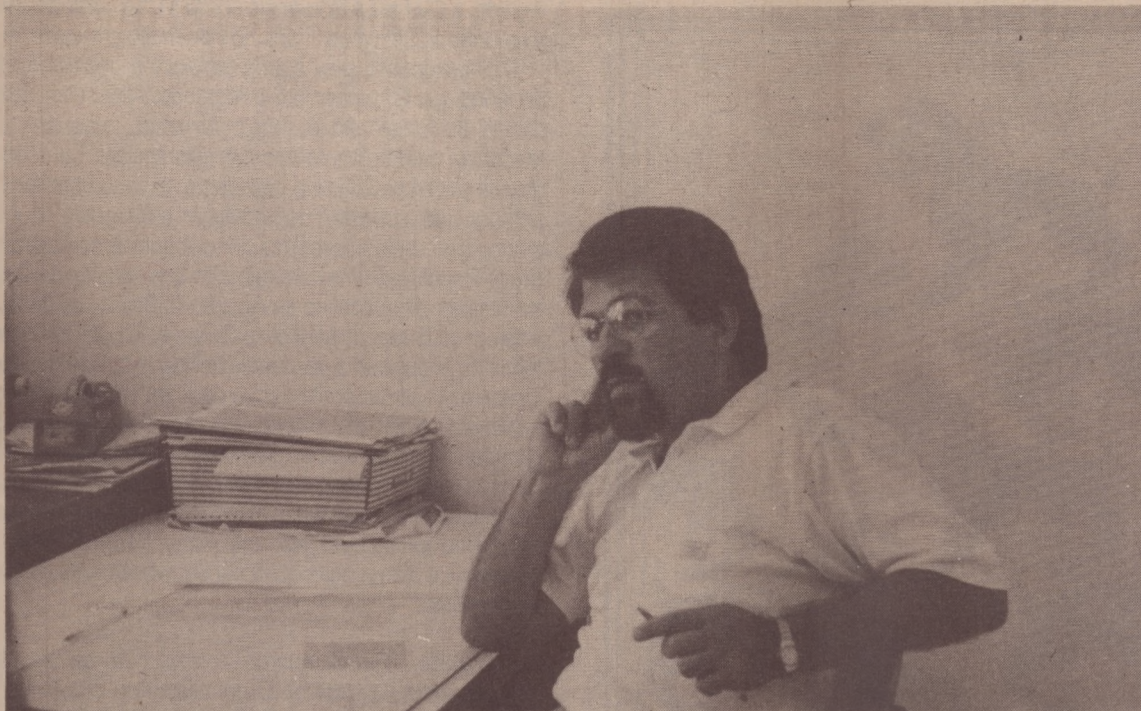
Armando - Vou desenvolver um pouco minha idéia sobre o tema de uma linha política para a CUT. Numa situação de crise, depressão, de desânimo inclusive em certos setores das classes trabalhadoras, de um governo que defende os interesses dos monopólios e persegue o movimento operário e popular - e que ainda tem um mandato conferido pela eleição direta - o cenário é muito difícil. O caminho da negociação aponta para uma utopia. Não serve porque é utópico. Há um caderno editado pela CUT que mostra isso: o fracasso dos pactos tentados na América Latina.

Em muitos textos de dirigentes políticos operários, na história das revoluções operárias do século XX, aparece insistentemente a idéia de que os trabalhadores não têm que necessariamente oferecer uma solução concreta e imediata em toda e qualquer conjuntura. A CUT enquanto organismo sindical não pode apenas fazer agitação e propaganda. Ela pode e deve levar a luta reivindicativa e defensiva na base. Mas não vejo porque ela tem de oferecer ao governo uma alternativa de política social que contemple os interesses da classe trabalhadora como se esse governo fosse aplicá-la. Creio que a CUT deve, ao contrário, fazer a propaganda de uma política alternativa no sentido de contribuir para que os trabalhadores percebam o caráter deste governo e a sua impossibilidade de aplicar esta política. Isto não é esquerdismo. Ater-se exclusivamente à correlação de forças no momento atual é prender-se ao reformismo e ao reboquismo porque não sabemos qual vai ser a situação do país daqui a um ano.

- Abordando o tema dos impasses sindicais de um outro ângulo. Em que medida o nascimento e a construção da CUT transformaram a estrutura sindical anterior?

Armando - Eu entendo que a estrutura sindical continua de pé e provocando efeitos negativos sobre o movimento.

Foto: Fernanda Estima



Ricardo Antunes

Vivemos no Brasil, no que diz respeito ao movimento dos trabalhadores, uma quadra histórica de declínio do populismo. Defino o populismo como aquela ideologia que penetrou amplamente nas classes trabalhadoras, principalmente a partir dos anos 40, 50 e que consiste no fetiche do Estado, na expectativa de que o Estado tome iniciativas de realizar reformas que interessem aos trabalhadores. É um tipo de reformismo diferente do chamado *tradeunionismo*. Neste último, os operários acreditam em sua própria força, organizam-se em sindicatos e em partido.

Além disso, ingressaram no sindicalismo amplas fatias da classe trabalhadora que não estavam contempladas na estrutura sindical, como é o caso do funcionalismo público. Eles foram organizando associações independentes, livres, de caráter privado. Praticaram amplamente e ainda praticam a organização no local de trabalho, a cotização voluntária. Não recorrem à Justiça do Trabalho, inclusive porque estão proibidos por lei. Praticam amplamente um tipo de sindicalismo que vai levando, no meu modo de ver, a uma atenuação desse fetiche do Estado, dessa paralisa populista de esperar pelo sindicalismo de tipo oficial.

Isaac - Você não considera estas entidades como sindicatos, embora não levem a etiqueta?

Armando - Plenamente de acordo. E isso, muitas vezes, os próprios sindicalistas não enxergam, a ponto de pedir o registro oficial destas entidades. A ponto de, aí, caminhar para trás. Então, eu acho que há um enfraquecimento desta estrutura sindical que está dentro desta etapa de declínio do populismo. Agora, o novo não nasce sem luta. O que está acontecendo é que as direções sindicais centraram a sua luta ao longo dos anos 80, não contra a estrutura, mas contra a forma ditatorial e militar de gestão do sindicalismo oficial. Esta é que é a questão. Não se queria mais que se congelassem contas bancárias. Não se queria mais que se pudesse depor presidentes sindicais eleitos. Não se queria mais que a Justiça do Trabalho interrompesse, baixasse sentença normativa impondo índice etc. Mas não se lutou, de fato, contra a unicidade, contra os impostos, contra a taxa assistencial. Não só não se lutou como se defende. Muitas vezes como no caso da unicidade, faz-se uma crítica genérica ao nível do discurso, mas se reintroduz a sua defesa pelas portas do fundo.

Isso explica, a meu ver, porque fundamentalmente a estrutura sindical foi preservada. Por que é que não surgiu uma crise da estrutura? Surgiu, sim, uma crise do modo ditatorial de gestão dos sindicatos oficiais. Agora, não surgiu uma crise da estrutura. Ela permanece. Que efeito ela tem tido sobre o movimento sindical? Tenho certeza que o efeito é negativo.

Ricardo - A estrutura sindical foi concebida a partir de 1931 dentro de um projeto de intervenção do getulismo. Eu diria que a estrutura sindical tinha, como essência, coibir, controlar e obstar o desenvolvimento sindical autônomo e independente que se gestava no Brasil na virada dos anos 20

para os anos 30. Costumo dizer, fiz um trabalho sobre isso, que é na verdade entre 34 e 35 que o sindicalismo getulista destrói o sindicalismo de Estado no Brasil. E ele se consolida a partir de 1943 com a CLT. Em 1935, há uma enorme repressão sobre os sindicatos vinculados à esquerda, ao PCB, à Liga Trotsquista, aos anarquistas, etc.

A partir daí, coloca-se uma questão que difícil e árdua para o movimento sindical brasileiro. O getulismo foi muito ardiloso em montar a estrutura sindical. Por exemplo: passava a ter direito ao gozo de férias quem fosse sindicalizado no sindicato oficial e não no sindicato autônomo. Pois bem, isso criou, digamos assim, uma posição muito dura para o movimento sindical de esquerda. Ou atuava, pela esquerda, dentro da estrutura sindical ou optava por uma atuação fora da estrutura sindical. Eu separo três tendências neste momento. Os comunistas do PCB e os comunistas ligados à Liga Trotsquista optaram por atuar dentro do sindicato ao invés do boicote. E o anarquismo, por exemplo...

Isaac - Nem sempre...

Ricardo - Nem sempre, mas a pesquisa que eu fiz me permitiu constatar isso na maior parte dos casos. Os anarquistas, por exemplo, recusaram a atuação dentro do sindicalismo do Estado e eu acho que isso criou uma situação em que, de algum modo, os anarquistas a partir daí, em 1935, não em 1922 como dizem, perderam sua força na luta sindical brasileira. O que eu quero dizer com isso? Que a estrutura sindical brasileira constituiu-se aí e, a partir de então, o que se coloca para a esquerda do movimento operário é atuar dentro dela visando a sua alteração ou não. Estou de acordo com a idéia do Armando de que na década de 80, em grande medida, o sindicalismo combativo lutou pela gestão democrática da estrutura sindical e esteve aquém da luta contra a estrutura sindical em todos seus sentidos. Agora, eu não faço os mesmos desdobramentos que o Armando. Acho que a estrutura sindical brasileira entrou, a partir da Constituição de 1988, em crise. Quer dizer, houve mudança e houve conservação na estrutura sindical brasileira. Por exemplo: o artigo oitavo da Constituição brasileira diz que é livre a criação dos sindicatos, embora haja, ao longo da Constituição, outros artigos que criam problemas e dificuldades. Este preceito constitucional "é livre a organização sindical" acaba com o estatuto padrão, acaba com a ingerência direta do ministério do Trabalho. Embora mantenha, num artigo posterior, o princípio da unicidade sindical. Então, há uma contradição na Constituição de 1988. Ela, ao mesmo tempo liberaliza e, ao mesmo tempo, mantém a unicidade sindical. Libera e impede, muda e conserva.

Assim, depois de 1988 a estrutura sindical não é mais a mesma. Houve elementos que a flexibilizaram e houve elementos que a intensificaram. O Armando tem razão na crítica que ele fez em seu livro que o imposto sindical ganhou força. Tem o imposto sindical, tem a taxa assistencial e, além disso, as federações e confederações passam a ter neles uma dimensão maior do que anteriormente.

O NOVO SINDICALISMO



RICARDO ANTUNES

LITOGRAFIA
FRANK UNKOFF

A estrutura sindical determina ou soma-se à dependência ideológica-política do sindicalismo brasileiro?



Se você opta por lutar dentro da estrutura sindical - o que é politicamente correto - é preciso que você crie elementos de desestruturação dessa estrutura sindical. Por exemplo, tem sido aquém do necessário o esforço para se criar as comissões de fábrica. Mas, as comissões de fábrica não avançaram não apenas por lacuna da CUT. No início dos anos 80, o grande capital monopolista ensaiou aqui as experiências de comissões de fábrica na *Volks*, na *Ford* e em outras grandes empresas. Num dado momento, eles perceberam que as comissões de fábrica converteram-se num instrumento de luta do movimento operário: veja a luta na *Ford*, em São Bernardo, por exemplo - isso é muito claro e mesmo na *Volkswagen*. O que é que aconteceu? Os "falcões" da *Ford*, os "duros" do capital monopolista recusaram-se a aceitar as experiências de comissões de fábrica. A partir de meados dos anos oitenta, o capital quebrou as comissões de fábrica existentes. Da *Ford* à *Azama*, ela têm sido, constantemente desestruturadas em São Paulo e em São Bernardo.

Retomo um outro ponto que o Armando abordou. Predomina no movimento sindical, de um lado, uma luta econômica combativa e, de outro, um projeto ideológico que eu não chamaria de *tradeunionismo* mas com traços de uma social-democracia sindical de esquerda. E nestas duas versões, especialmente na segunda, prevalece a idéia de fazer a luta institucional. Qual é o resultado disso?

As centrais sindicais criadas anteriormente, tirando a CUT, são siglas. Mas mesmo a CUT de 1991 não tem a mesma dinâmica e o mesmo movimento que teve em 83, 84, 85. Ela hoje é muito mais burocratizada e muito mais institucionalizada.

Naquilo que se alterou e se democratizou no plano da estrutura sindical brasileira isso se deve à CUT. É um mérito que a CUT e o sindicalismo combativo tem. Agora, reconheço também que em alguns pontos há ainda muita confusão. Bastaria citar o imposto sindical, que muitos sindicatos ligados à CUT não aboliram, a adesão que, em grande

medida, a CUT faz à taxa assistencial e uma certa tendência a recorrer à Justiça do Trabalho não muito criticamente.

O último ponto que eu queria comentar é uma divergência de fundo que eu tenho com o Armando. Aliás, essa discordância de fundo não é com o Armando, mas com uma tendência predominante nas ciências sociais. Eu acho um grande equívoco falar em populismo no caso brasileiro. Eu entendo que a questão do populismo é um grave equívoco teórico que certos setores das ciências sociais cometeram no Brasil. Populista é uma denominação que abrange de Getúlio ao Prestes, do Juscelino ao Arraes, do Brizola ao Jânio, do Ademar ao Dutra, do Médici ao Geisel e do Lula ao Collor. A teoria do populismo é de uma flexibilidade tal que possibilita inserir qualquer proposta dentro dela. Há um reformismo no movimento sindical brasileiro que não deve ser chamado e caracterizado como sendo uma concepção do tipo populista. É, na verdade, o reino da indeterminação. É teoricamente inconsistente e insuficiente. Nada tem a ver com a teoria do populismo tematizado pelo marxismo clássico. Basta ser reformista e demagógico para ser equivocadamente chamado de populista.

Armando - Queria retomar, então, o fio da discussão sobre a estrutura sindical. O populismo no Brasil não tem nada a ver com os *narodniks* russos que Lenin analisa. A única semelhança aí é de palavra. Eu poderia usar uma outra palavra qualquer, mas você não pode ficar inventando uma palavra à torto e à direito. O populismo é, de fato, um reformismo. Neste ponto, eu concordaria com o Ricardo. Há um reformismo sindical, mas é diferente um reformismo sindical do tipo social-democrata, onde os trabalhadores se organizam massivamente inclusive no interior da empresa, vinculam sindicato e partido muitas vezes pensando no partido como um braço parlamentar do movimento sindical e lutam para organizar um governo operário e implantar um programa de reformas. Este é um tipo de reformismo, para mim um reformismo operário.

Outro caso é um reformismo do tipo Brizola. A manifestação brizolista é através do voto na expectativa de que o Brizola vá lá e resolva. Não há partido. O partido praticamente inexistente enquanto programa, enquanto estrutura, enquanto vida associativa de educação política. E o sindicalismo é pendurado no sindicato oficial. É uma outra via do reformismo. Então, populismo é isso: este fetiche do Estado, o reformismo autoritário pelo alto. O Lula não é isso, o Collor não é isso. O Collor é autoritário. Há o fetiche do Estado, há o autoritarismo, mas não é reformismo, é o conservadorismo. É mais próximo daquilo que o Marx chamou de bonapartismo. É o fetiche do Estado com conteúdo de direita. Outra coisa é o fetiche de Estado ainda com expectativa de um reformismo ainda que superficial. É fundamental ver isso no movimento sindical. Se não, você não entende o porquê do apego à estrutura sindical oficial. Quer dizer, tem uma ideologia populista que amolda os sindicalistas à esta estrutura.

Se você percebe as coisas nestes termos, o fim da gestão ditatorial dos sindicatos oficiais não atinge a raiz do problema, a dependência ideológica do sindicalismo frente ao Estado burguês e todas as implicações políticas e organizativas deste fato. Não resolve. Esta é a questão de fundo. O fetiche do Estado, o fetiche do sindicalismo oficial, a descrença na força dos trabalhadores e o fato de se imaginar um "atalho", que seria recorrer ao Estado, que vai fortalecer a unidade dos trabalhadores através da unicidade. Vai fornecer os meios materiais de luta através do imposto sindical, vai forçar o patrão a negociar através da Justiça do Trabalho, etc. Ou seja: vai oferecer uma quantidade enorme de vantagens aparentes que vão se constituir, na verdade, numa cadeia que limita e modera a luta sindical.

A CUT tem cerca de 1.200 sindicatos. O resto não está nas mãos da CUT. A CUT está abdicando de organizar alguns centros nevrálgicos das classes trabalhadoras porque o sindicato oficial naquele setor está na mão do pelego ou do sindicalista de direita. Eu duvido que o Medeiros teria um aparelho sindical como ele tem na mão se não houvesse taxa confederativa, taxa assistencial, imposto sindical, unicidade sindical, a Justiça do Trabalho para dar 113 ou 110% para ele. Esta que é a questão. Os pelegos preservaram muito de sua força. Detêm ainda a maioria dos sindicatos oficiais. Quando o governo liberalizou, de posse da unicidade, eles disseram o seguinte: "Tudo bem, de agora em diante, nós fazemos o estatuto". Eles fazem o estatuto como querem.

O debate sobre o populismo: vazio teórico ou realidade?

Onde não ocorre isto, eles têm polpudas finanças para fazer uma vasta clientela eleitoral e organizar o atraso no seio da classe trabalhadora.

O índice baixo de sindicalização é característico de uma estrutura que pode funcionar, no limite, sem trabalhadores. Ela funcionou, aliás, por dez ou quinze anos assim. Não há comissão de fábrica? No limite, a estrutura pode funcionar perfeitamente sem isso. E sindicalista nenhum no Brasil depende de ter comissão de fábrica para representar os trabalhadores na mesa de negociação. A estrutura manteve esses efeitos desorganizadores, de moderação apesar de ter sido liberalizada.

Esta discussão tem sentido para quem pensa em termos da independência política-organizativa e ideológica da classe operária e das classes populares. A prática do sindicalismo é vista pelos revolucionários como um meio, não como um fim em si mesmo. Este meio consiste exatamente no seguinte: educar politicamente, através da luta sindical, o operariado e as demais classes trabalhadoras para a luta revolucionária. Mostrar através da luta sindical o confronto entre o trabalhador e o patrão, desmascarar o caráter de classe do Estado, da polícia e da repressão, educar e acumular forças. Com o sindicalismo oficial, isto não é possível. Com direções pelegas, com o fetiche da Justiça do Trabalho, com o fetiche da unicidade que seria uma garantia de unidade, com o imposto que substitui a cotização voluntária, educa-se não para o socialismo e sim, retomo, para o populismo.

O problema não deve ser colocado em termos de atuar dentro ou atuar fora da estrutura sindical, porque penso que se deve atuar dentro e fora. O problema é o objetivo que você se coloca. Se você vai ou não mobilizar os trabalhadores para liquidar o sindicato de Estado, e não para "democratizá-lo".

A CUT está colocada diante de um desafio. Se ela é, de fato, contra a estrutura sindical e o peleguismo, se ela não tem, de fato, compromisso com a unicidade sindical, ela deve começar a discutir a criação de sindicatos cutistas nas bases dos pelegos. Não sindicatos oficiais, que pleiteiam registro e as vantagens aparentes próprias da estrutura sindical - impostos, dissídios, etc - mas sindicatos livres que nasçam e permaneçam fora da estrutura e venham engrossar a luta contra toda a legislação sindical vigente no Brasil. Afinal, estamos aproximando-nos de um período de revisão da Constituição.

Ricardo - Quero retomar alguns pontos. Na década de 80, viveu-se a primeira grande derrota do peleguismo depois de 1964. A primeira questão que eu colocaria é: embora hoje um grande número de sindicatos ainda estejam atrelados a uma proposta pelega, o sindicalismo combativo que aglutina em torno de 1.300 sindicatos na CUT, tem um peso qualitativo muito importante. Se o peleguismo ainda hoje predomina, é no sindicato de carimbo. Eles ainda têm a máquina sindical e muitos sindicatos porque existe a unicidade sindical que garante a sua predominância, o imposto sindical que é nefasto. Mas, eu não diria como o Armando que eles detêm a ampla maioria dos sindicatos. Detêm a maioria numérica de sindicatos, mas perdem agudamente no que diz respeito à qualidade do movimento sindical. Este é um dado muito importante: o movimento sindical combativo através da atuação sindical conseguiu desestruturar o peleguismo. A criação da CUT e a sua consolidação mostram que este peleguismo não tem mais o fôlego que tinha nas décadas anteriores. O que há, isto sim, é uma nova direita sindical, expressa no sindicalismo de resultados, na Força Sindical.

Segundo ponto: estou de acordo quando o Armando diz que a luta deve ser por dentro e por fora do sindicato. Acho isso muito importante porque há doze, treze, quatorze anos atrás havia núcleos que defendiam com muita força, no caso brasileiro, que a luta deveria ser exclusivamente por fora da estrutura sindical. Não é mais possível imaginar que se possa lutar contra a estrutura sindical brasileira atrelada, só por fora dela. Todos se lembram aqui da tomada simbólica que houve do sindicato de São Bernardo durante as greves do ABC paulista. A massa fez questão de tirar a polícia, tomar o sindicato e saiu depois. Poque o sindicato tem uma tradição na história social brasileira. O sindicato de Estado no Brasil, de algum modo, enraizou-se no movimento dos trabalhadores. Embora seja nefasto na sua essência, ele criava a condição do sindicato operário sentar e negociar junto ao sindicato patronal.

Estou de acordo quando o Armando diz que o Medeiros



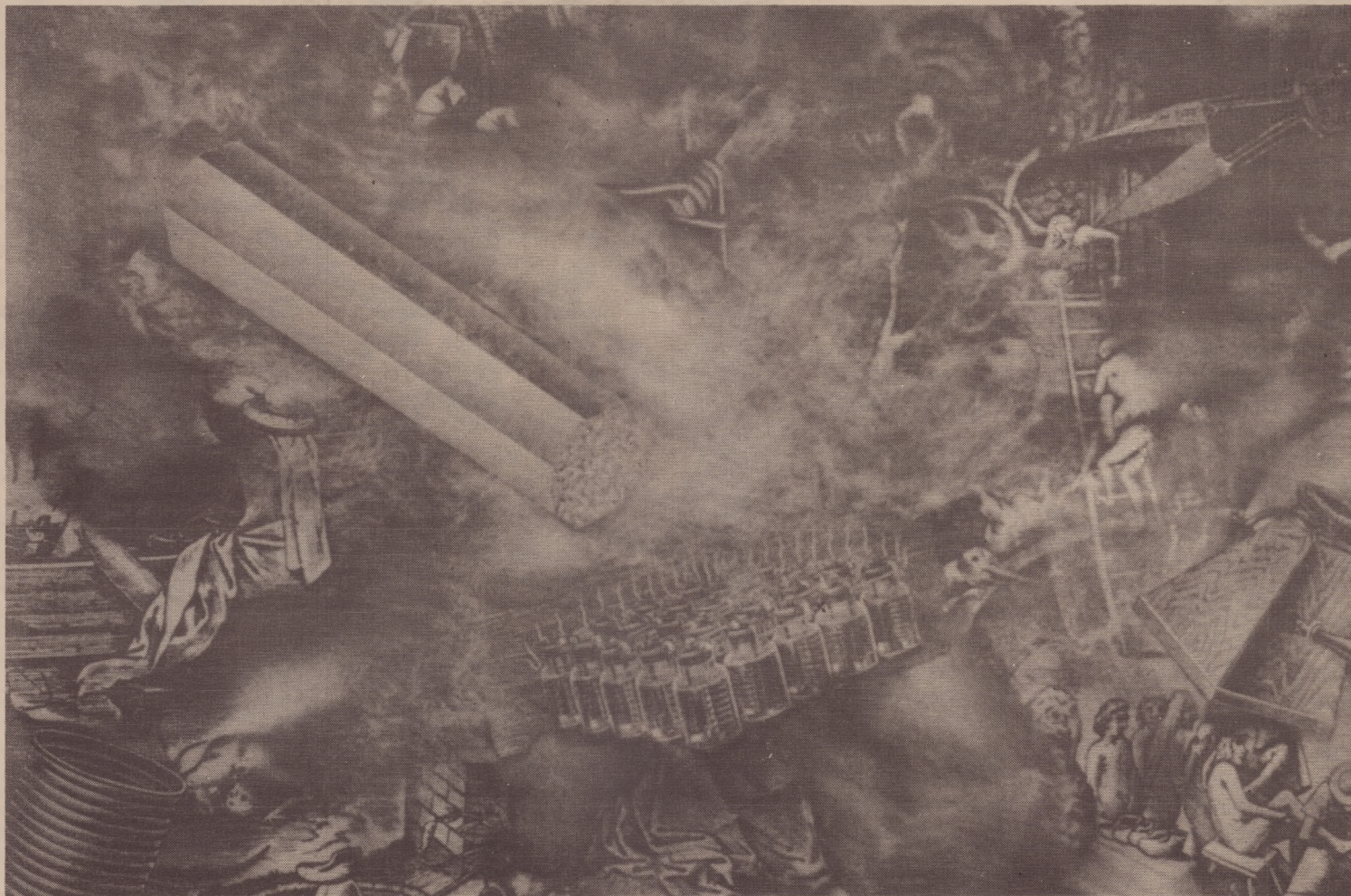
existe porque ainda há uma estrutura sindical pelega que permitiu que ele ascendesse. Mas o Medeiros não é um pelego sindical, ele é outra coisa e muito mais sofisticada. O Medeiros é um líder operário com cabeça burguesa. O Medeiros é a expressão neoliberal no movimento sindical. O Medeiros é o máximo de consciência burguesa no movimento operário. O Medeiros politiza a consciência operária numa ótica burguesa. Em termos mais refinados, ele manipula aquela consciência contingente, empírica do operário que quer mais salário, uma melhor casa, uma televisão melhor, etc. e politiza isso numa ótica burguesa dizendo "o trabalhador tem de ter vantagens mesmo no capitalismo". É a expressão ideológica da nova direita no movimento sindical.

Estou também de acordo com o Armando quando ele diz que quando se entra dentro do sindicato, na maioria das vezes, essas direções que não têm clareza política e ideológica, acabam se burocratizando e tornando-se dóceis à estrutura sindical. Mas a dependência ideológica do movimento sindical brasileiro não é decorrência da estrutura sindical. A dependência ideológica soma-se à estrutura sindical. A dependência ideológica advém de uma escassíssima tradição, reflexão e elaboração marxistas no Brasil. Não há uma tradição marxista, socialista, criativa, inovadora, no movimento operário, salvo em pequenos grupos, em algumas tendências. O que houve, e ainda há, são setores impregnados de um marxismo vulgar, de corte estalinista.

A dependência ideológica não é inevitável por causa da estrutura sindical. A tragédia sindical brasileira é que, além da estrutura sindical, há uma vanguarda que é ideológica e politicamente atrasada porque ou conhece o marxismo rústico e vulgar ou não conhece o marxismo e acha que o marxismo era o que o PCB fazia - e ela recusa a tradição do PCB - ela acaba indevidamente recusando também o marxismo. Enquanto não se enfrentar esta questão, da formação de quadros da classe operária brasileira, da formação efetiva de uma consciência da classe operária brasileira, nós vamos ter a permanência da situação atual.

A relação do sindicato com o Estado: cooperação ou confrontação?

A dinâmica da unificação europeia



Estado e moeda únicos na Europa: a grande questão.

O processo de unificação da Europa ocidental faz parte dos grandes rearranjos do capitalismo. Compreender seus traços determinantes, suas contradições e os rumos prováveis de desenvolvimento, portanto, contribui para aproximar uma compreensão mais global sobre a "nova ordem internacional".

Apresentamos uma versão resumida do artigo de **Claude Gabriel**, publicado em *Imprecor* (dez. 91), que procura desvendar aspectos-chaves deste processo. Por razões de espaço, esta versão resumida concentra-se principalmente na questão econômica. Mas é preciso mencionar o que o autor chama de novo militarismo, que acompanha o processo de unificação econômica e institucional da Europa. São iniciativas que visam constituir um sistema militar comum europeu e uma nova configuração repressiva do imperialismo.

União monetária

Duas categorias de problemas entrelaçam-se na efetivação da União Econômica e Monetária (UEM) da Europa. A primeira é a da abertura dos mercados e da reestruturação das empresas europeias no quadro da Ata Única. A segunda é a das instituições, do tipo de comunidade política e da extensão de prerrogativas desta no plano da defesa e da diplomacia. Entre estes dois níveis, a questão monetária cumpre um papel de elo de ligação, ao mesmo tempo condição necessária do "grande mercado" e etapa decisiva da construção de uma supra-nacionalidade institucional.

É aí que se encontra o maior obstáculo atual. É o momento decisivo onde há um desequilíbrio entre os avanços da internacionalização do capital e os processos políticos que deveriam decorrer dela. Esta dessincronização tem sido muitas vezes mencionada, especialmente no que diz respeito à enorme dificuldade de substituir por um proto-Estado europeu os Estados "nacionais" atuais.

Fora as resistências sociais e as lutas políticas, o único

fator que pode provocar um fracasso prolongado da unificação seria precisamente uma desordem monetária decorrente da perda de disciplina monetária no seio do sistema monetário europeu por não ter conseguido se dotar à tempo de uma moeda única. Esta eventualidade não pode ser descartada.

Tendo em vista a internacionalização crescente das economias europeias, a UEM apresentaria imediatamente vantagens em relação à transição atual.

As instituições da futura Europa têm além disso tanta necessidade de uma moeda única, como esta tem necessidade, para realmente existir, de um "Estado europeu" no qual as classes dirigentes e as empresas tenham confiança. Ela não pode, com efeito, ser uma moeda "aceita" pelos detentores de capital sem que esta se apóie sobre um aparelho de Estado confiável para a regulação geral do sistema. As questões monetárias e institucionais representam, portanto, um mesmo problema com duas incógnitas.

Aí está o verdadeiro desafio e o nó górdio no momento...

A vontade política

Esta contradição maior entre os domínios econômicos e financeiros, de um lado, e os domínios monetários e políticos de outro poderia por isso parecer insuperável. Mas a interconexão cada vez mais complexa de interesses industriais e financeiros "europeus" e a construção do "grande mercado" fazem com que um fracasso definitivo do projeto UEM teria consequências gigantescas no plano econômico e social.

Estas consequências poderiam, então, modificar a correlação de forças entre as classes no velho continente. Ela deixaria o sistema no meio do caminho. Ele estaria em ruptura com as formas passadas de protecionismo e de políticas econômicas nacionais, sem que, entretanto, o transcrescimento necessário tenha sido realizado. Um tal fracasso abriria as portas a desequilíbrios econômicos muito profundos diante das quais poderia se levantar uma nova era

de conflitos sociais e de contestações de massa. As classes dirigentes e seus governos têm consciência disso, não tenhamos dúvidas. A vontade política faz, portanto, parte dos dados do problema e explica o pragmatismo e os compromissos atuais.

O que a imprensa francesa interpretou como obsessões anti-européias de Margaret Thatcher em matéria monetária revelou-se finalmente uma visão mais justa dos ritmos e das dificuldades. O sonho "mitterrandiano" de um movimento rápido em direção a uma Europa Federativa munida de sua moeda única não aconteceu.

A posição britânica, atual, não está assentada sobre alguma tendência ideológica à Aliança Atlântica, sobre a defesa da soberania nacional ou outras futilidades. É sobretudo a estrutura atual do capitalismo britânico que explica as políticas européias específicas de Londres.

Duplo desafio

Todos os países da Comunidade Européia estão assim confrontados ao mesmo problema: conduzir simultaneamente a abertura de seu mercado à concorrência externa e a defesa de seus próprios "campeões nacionais".

Dois processos estão em curso e se interligam: a reorganização mundial do capital, de um lado, e sua reorganização específica no plano europeu (já incluindo os países da Associação Econômica de Livre Troca), de outro. Este duplo processo torna extremamente complicada a reestruturação industrial do velho continente. As alianças, fusões, resgates cruzam-se e entrecruzam-se, entre europeus, americanos e japoneses, recortando as diferentes áreas de interesse de acordo com os ramos e os produtos. Já enfatizamos que não há, propriamente falando, um tecido industrial europeu desde agora constituído... Mas em certos ramos, e não dos menores, as coisas estão, entretanto, bem avançadas: os bancos e os seguros, o setor aeroespacial, aeronáutico e os transportes aéreos, parcialmente nos armamentos, energia e eletricidade, a distribuição e parcialmente na agro-alimentação.

Há também setores onde, pelo momento, o grande mercado europeu permite uma simples concorrência entre parceiros europeus que devoram-se entre si alegremente sem a intervenção direta dos japoneses ou dos americanos: por exemplo, os transportes terrestres e, pelo momento, os transportes ferroviários.

Dois ramos industriais maiores estão, em contrapartida, em uma situação na qual uma aliança européia seria prioritária tendo em vista os desafios estratégicos mas que, sem dúvida, já fracassou. Trata-se evidentemente do automóvel, que consegue precariamente escapar às alianças com os japoneses e perderá cada vez mais terreno diante destes incômodos parceiros. Além disso, a eletrônica onde a dependência para com os japoneses em matéria de microprocessadores e a nova aliança entre a IBM e Macintosh fulminaram as esperanças européias (Bull, Phillips, Olivetti). Parece, enfim, que a "batalha" sobre a televisão de auto-definição, travada a golpes de normas especificamente européias com fim protecionista, já está perdida.

A amplitude da reestruturação mundial pesa, portanto, muito sobre a UEM. Pois as reestruturações em curso há mais de dez anos não visam somente concentrar o capital europeu, superar a concorrência entre "campeões nacionais" e a constituir um novo tecido industrial europeu sobre a base de uma partilha do grande mercado. Elas visam também e sobretudo assenhorar-se de uma parte do mercado mundial. Ora, sobre este terreno, para cada tipo de produto, é necessário de uma forma ou de outra conquistar uma parte do mercado americano (o mercado europeu não é mais suficiente) e é necessário situar-se rapidamente entre os três primeiros grupos mundiais.

O fundo do problema refere-se, com efeito, ao papel sempre mais importante do poder público, do "Estado"! E isto, apesar das besteiras liberais que se propagandeam aos povos para justificar a austeridades... O poder público é tanto mais útil quanto mais ele deve continuar a ajudar e a enquadrar as necessidades de pesquisas e certos projetos de investimentos cujos montantes são mais e mais gigantescos (ver, por exemplo, o papel do Miti, organismo público japonês que regula as políticas de pesquisa e de desenvolvimento das empresas).

Ora, no estágio atual - um pouco ao modo de duas empresas aplicando em comum os riscos de uma pesquisa ou lançamento de um produto - aos Estados europeus é

necessário intervir conjuntamente para sustentar certos grandes projetos industriais. Este é o papel dos programas de ajuda pública e pesquisa comum: "Race", "Esprit", "Eureka", etc. Mas é também o caso para mercados como o dos Airbus, sociedade Ariane-Espace e do projeto Hermes.

O verdadeiro desafio está no terreno dos "produtos do futuro": televisão de alta definição, biotecnologia e genética, trem de alta velocidade, carros "inteligentes", telecomunicação e produtos multimídia, etc.

Esta regulação, esta ajuda a esta absorção de uma parte dos riscos pelo poder público pleiteiam, portanto, a afirmação de um proto-Estado europeu capaz de financiar e de coordenar estas novas necessidades. Mesmo o capital britânico não escapará a estes constrangimentos.

Saída para a crise?

A UEM representa, de outro lado, um elo importante da política de "saída da crise". Consequência da Ata Única, ela combina reestruturações industriais, monetárias e institucionais. Em última instância, isto é, ao nível político e social, sua conquista constituiria um elemento não-econômico, útil para uma possível superação da onda longa recessiva do capitalismo.

Duas tendências convivem: a de uma mundialização crescente e aquela da constituição de uma entidade política econômica européia específica. Um ponto de equilíbrio entre um novo livre cambismo e novos protecionismos deverá, portanto, ser encontrado no quadro de uma hipotética saída da crise. É isto o que está em jogo nas negociações atuais do Acordo Geral sobre as Tarifas e o Comércio (GATT).

Três polos neo-protecionistas podem assim emergir no seio da OCDE: América do Norte (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), Japão-Ásia e Europa. Mas seria um erro crer que a sua forma retornaria a uma simples réplica dos velhos sistemas de "defesa" das economias nacionais. As guerras comerciais tomaram um outro impulso pois o desenvolvimento desigual e combinado no seio dos países da OCDE vai ocorrer do modo multiforme, de acordo com os ramos e os produtos: hegemonia japonesa, européia ou americana segundo o caso. Nenhum dos polos terá, portanto, hegemonia absoluta, com consequências nos planos político e militar.

Mas seria errado tomar este estado febril do capital como um movimento caótico para o qual seria impossível prever futuras "racionalidades". Que a economia mundializa-se mais e mais, que os movimentos de capitais sejam mais e mais complexos é uma coisa: mas o sistema tem necessidade de um ponto de equilíbrio. Este não é pura e simplesmente engendrado pela economia. A dimensão política e social, imperativa para encontrar uma saída para a crise atual, deve encarnar-se em um sistema socio-político novo compatível com a evolução mundial. A UEM e seu encaixe político-institucional podem ser precisamente uma parte da solução para os Estados europeus.

Resposta alternativa

É necessário, portanto, evitar uma série de erros. Como, por exemplo, o de tomar desejos por realidades e interpretar as contradições interimperialistas como último capítulo da crise do sistema europeu.

O mais urgente, sem dúvida alguma, é buscar junto ao movimento operário e às esquerdas anti-capitalistas uma resposta alternativa à Europa que se desenha pouco a pouco. A nova realidade faz que a resposta estratégica sobre o quadro nacional, por conservadorismo ou ilusão de auto-defesa, conduza ao impasse. Muito rapidamente, os defensores desta tese terminarão por se acantonar sobre uma região ou sobre uma "nação", sobre uma cidade ou sobre uma empresa. A micro-estratégia tornar-se-á o refúgio para todos aqueles que não puderam investir em um novo internacionalismo à altura dos desafios.

A partir da interpretação das lutas cotidianas e de todas as resistências sociais que não deixarão de se desenvolver nestes próximos anos é necessário começar a traçar os contornos de uma Europa alternativa; ao menos, os primeiros elementos de uma contra-ofensiva. Partindo das necessidades imediatas, quer sejam econômicas, sociais ou políticas, é necessário construir uma nova coerência que combine o direito à auto-determinação de todas as coletividades de trabalho ou de vida e a audácia de um projeto anticapitalista sem fronteiras. □

Dezembro de 1991

A unificação monetária cumpre um papel chave na formação do "grande mercado" e na construção de um proto-Estado europeu.

O verdadeiro desafio europeu está nos "produtos do futuro": biotecnologia e genética, produtos multimídia...

A irresistível queda de Gorbatchev

Ernest Mandel

A tentativa de reforma radical do regime burocrático empreendida por Gorbatchev terminou num fracasso. Ela confirma a impossibilidade de toda tentativa de auto-reforma da burocracia. O fracasso de Gorbatchev prolonga o de Tito, de Khrouchtchev, de Mao, de Dubcek. A burocracia soviética é muito grande, dispõe de vínculos sociais muito coerentes, apoia-se sobre recursos de inércia, de rotina, de capacidade de obstrução e de sabotagem muito fortes, para poder ser enfraquecida de maneira decisiva por iniciativas provindas do alto. Para isso, é necessário a iniciativa e a ação de dezenas de milhões de trabalhador(a)s a partir de baixo. É necessário, em outras palavras, uma verdadeira revolução popular a partir de baixo, uma revolução política anti-burocrática. Semelhante revolução, Gorbatchev nem era capaz nem desejava desencadear. Seu objetivo era conservar o sistema, reformando-o profundamente, não derrubando-o.

A comida de Gorbatchev em direção à reforma radical do sistema não era, em primeiro lugar, o resultado de qualquer escolha ideológica. Era o produto de condições objetivas incontornáveis: a crise sistêmica cada vez mais profunda na qual estava mergulhada a URSS a partir do final dos anos 70.

Crise sistêmica

As principais manifestações desta crise eram:

- a queda contínua da taxa de crescimento da economia que, durante mais de um decênio, permaneceu inferior a dos Estados Unidos;
- da impossibilidade, nestas condições, de manter simultaneamente a modernização da economia, a corrida armamentista com o imperialismo, um aumento regular (ainda que modesto) do nível de vida das massas e a manutenção ou ampliação dos privilégios da burocracia;
- o fracasso - previsto por Trotsky nos anos 20 - da conversão da industrialização extensiva em industrialização intensiva. Esta conversão requer que se priorize os problemas de qualidade e não de quantidade, o cálculo exato dos custos, a transparência dos mecanismos econômicos, uma soberania crescente dos consumidores. Tudo isso é incompatível com a ditadura burocrática;
- o início de uma regressão social pronunciada, que se expressa principalmente na existência de mais de sessenta milhões de pobres e na deterioração acentuada do sistema de saúde (e inclusive, durante alguns anos, uma queda absoluta na expectativa de vida);
- a perda de toda legitimidade política do regime, com o desenvolvimento de amplos setores de oposição (intelectuais, escritores, jovens, nacionalidades oprimidas, operários construindo uma autonomia parcial);
- uma crise ideológica muito profunda, que a burocracia tornou incontrolável.

Da estagnação ao declínio

O fracasso de Gorbatchev é, antes de tudo, o fracasso da *perestroika* econômica. Mal concebida desde o início, alterando muitas vezes sua orientação, combinando objetivos cada vez mais contraditórios, a *perestroika* terminou por dismantlar a antiga "economia dirigida" sem substituí-la por nada coerente. Após alguns sobressaltos, a estagnação foi substituída pelo declínio econômico, a partir de 1990. A inflação galopante contribuiu para precipitar este declínio. Os laços entre as empresas começaram a se desfazer. Os bens de consumo começaram a desaparecer dos circuitos de distribuição oficiais. Eles foram gradualmente apropriados por diferentes máfias e, em parte, pelo mercado livre, sendo vendidos a preços exorbitantes.

A renda mínima vital era, no início de 1991, em Moscou, de 200 rublos por pessoa, o que era ainda coberto pelo

salário mínimo. Em outubro de 1991, este mínimo vital tinha subido para 521 rublos, segundo o cálculo dos sindicatos. 90% dos habitantes de Moscou não tinham rendimentos suficientes para cobrir este mínimo. Depois, esta situação piorou ainda mais, chegando ao golpe massivo da elevação dos preços de 2 de janeiro de 1992. Devido a esta deterioração progressiva das condições de vida de amplas massas, Gorbatchev perdeu toda base popular.

Parar a todo custo a corrida armamentista, obter do imperialismo uma ajuda tecnológica e financeira para salvar a casa: este foi o imperativo fundamental da política estrangeira de Gorbatchev. Isso conduziu a acordos regionais contra-revolucionários em detrimento da revolução centro-americana e cubana, das lutas de libertação da África austral e dos povos árabes. Gorbatchev não fazia mais do que prolongar, assim, a longa série de traições da revolução internacional feitas por Stalin e seus sucessores.

Liberdades democráticas

Se era errado mergulhar em ilusões quanto às chances de sucesso de Gorbatchev, fechar os olhos diante das mudanças profundas e positivas ocorridas na URSS sob Gorbatchev é cometer um erro semelhante.

Essas mudanças resumem-se essencialmente na *glasnost* ou, se se prefere, na extensão substancial das liberdades democráticas que gozavam, de fato, as massas soviéticas.

Tratava-se, por certo, de liberdades democráticas limitadas, parciais, não garantidas constitucionalmente, combinadas com traços autoritários que acentuaram-se durante a última fase do domínio de Gorbatchev. Mas eram garantias democráticas reais. Surgiram um grande número de partidos, de associações políticas, de grupos sociais, de organizações operárias independentes. Apareceram órgãos de imprensa que não respeitavam a nenhuma censura do partido. Ocorreram manifestações públicas algumas vezes impressionantes. Multiplicaram-se as greves. Organizaram-se eleições que permitiam aos eleitores escolher entre candidatos que tinham orientações políticas efetivamente diferentes.

Negar que trata-se, para as massas, de uma mudança colossal em relação aos regimes estalinistas e pós-estalinistas, tratar o regime de Gorbatchev de "totalitário", colocar um sinal de igualdade entre este regime e o regime estalinista é favorecer de forma irresponsável a ditadura estalinista! Sob Stalin, havia milhões de prisioneiros políticos. Sob Gorbatchev, há menos do que nos EUA, Grã-Bretanha, Estado Espanhol ou Israel. Sob Stalin, todas as greves foram sangrentamente reprimidas. Sob Gorbatchev, nenhuma.

Esta visão incorreta da realidade política da URSS corresponde a uma concepção esquerdista das variações dos regimes políticos. Para ela, há apenas dois regimes, o poder dos soviets e a ditadura burguesa fascista ou "fascistizante". Todas as formas intermediárias desaparecem.

As massas trabalhadoras devem conduzir hoje uma luta em duas frentes: para a defesa, extensão e consolidação das liberdades democráticas, de uma parte; contra a privatização, de outra. Abandonar um destes combates centrais é sacrificar o interesse fundamental da classe operária.

Não há possibilidade de desenvolvimento e de vitória da revolução política na URSS sem a reconquista pela classe operária de sua autonomia organizativa massiva e de sua independência política de classe. É impossível atingir-se estes objetivos sem um longo período de aprendizado, de desenvolvimento de lutas, de emergência de uma nova vanguarda. Sem liberdades democráticas reais, estes processos serão muito mais longos, difíceis e terão menos chance de ocorrerem. E sem a revolução política, a restauração do capitalismo é a longo prazo inevitável.

As reformas são o produto da crise sistêmica em que está mergulhada a URSS.

O fracasso de Gorbatchev é o fracasso da perestroika.

Yeltsin: homem do aparato

Gorbachev não foi derrubado pela mobilização de massas. Não foi tampouco derrubado por uma ofensiva do imperialismo. Ele foi derrubado por uma ala da burocracia dirigida por Yeltsin. Boris Yeltsin, tanto quanto Gorbachev senão mais, representa uma fração da cúpula da *nomemklatura*.

Por seu passado e formação, Yeltsin é um homem do aparelho. Seus dons de demagogo populista não são suficientes para modificar este julgamento. Se alguma coisa o distingue de Gorbachev é que ele é menos inclinado a tergiversações, mais autoritário, e portanto mais perigoso para as massas.

Diz-se que bem mais do que Gorbachev, que continua a reivindicar-se vagamente do socialismo, Yeltsin proclama-se abertamente a favor da restauração do capitalismo. É correto. Mas para julgar os homens políticos, suas profissões de fé não constituem um critério suficiente. Deve-se, antes de tudo, registrar os que eles fazem na prática e a que interesses sociais eles servem.

Deste ponto de vista, Yeltsin e seus aliados na liquidação da URSS em benefício da "Comunidade dos Estados Independentes" representa uma fração da *nomemklatura* distinta das forças burguesas propriamente dito (essencialmente os "lumpen-milionários", a nova burguesia), ainda que os dois possam marginalmente interferir.

O caso mais típico é o dos presidentes da Ucrânia e do Kazaquistão que, em conjunto com Yeltsin, "traíram Gorbachev" no último minuto (a expressão é do próprio) para liquidar a URSS. Os dois são dirigentes do aparelho estalinista destas repúblicas desde o início da era Gorbachev. Os dois apóiam-se sobre a KGB "local" um pouco modificada. Adotaram inicialmente uma atitude de expectativa ou mesmo de apoio ao golpe. Ambos utilizaram o legítimo sentimento de revolta das massas populares de suas regiões contra a opressão nacional para converterem-se em "líderes nacionalistas".

E seu cinismo manifesta-se principalmente no fato de que eles não hesitaram em se associar - durante quanto tempo? Isto é uma outra história - a Yeltsin e seus acólitos, que são autênticos chauvinistas grã-russos.

Por fim, lembremos que há sempre uma luta triangular na ex-URSS: de frações da cúpula da *nomemklatura*; de forças diretamente restauracionistas do capitalismo, isto é, burguesas no sentido social do termo; e as massas trabalhadoras. São três forças distintas, atuando no seio da sociedade com seus interesses próprios e distintos.

Novos golpes são possíveis. Yeltsin arrisca a perder rapidamente a sua popularidade, devido a política anti-popular que implementa. Atrás dele já projeta-se a sinistra figura de Vladimir Shirinovsky, o Le Pen soviético, que se reivindica simultaneamente de Stalin, do czar e de Pinochet, que goza do apoio de uma ala do exército e que é ferozmente grã-russo, xenófobo, anti-semita e racista. Não deve-se subestimar a amplitude de sua popularidade.

O fio rompido

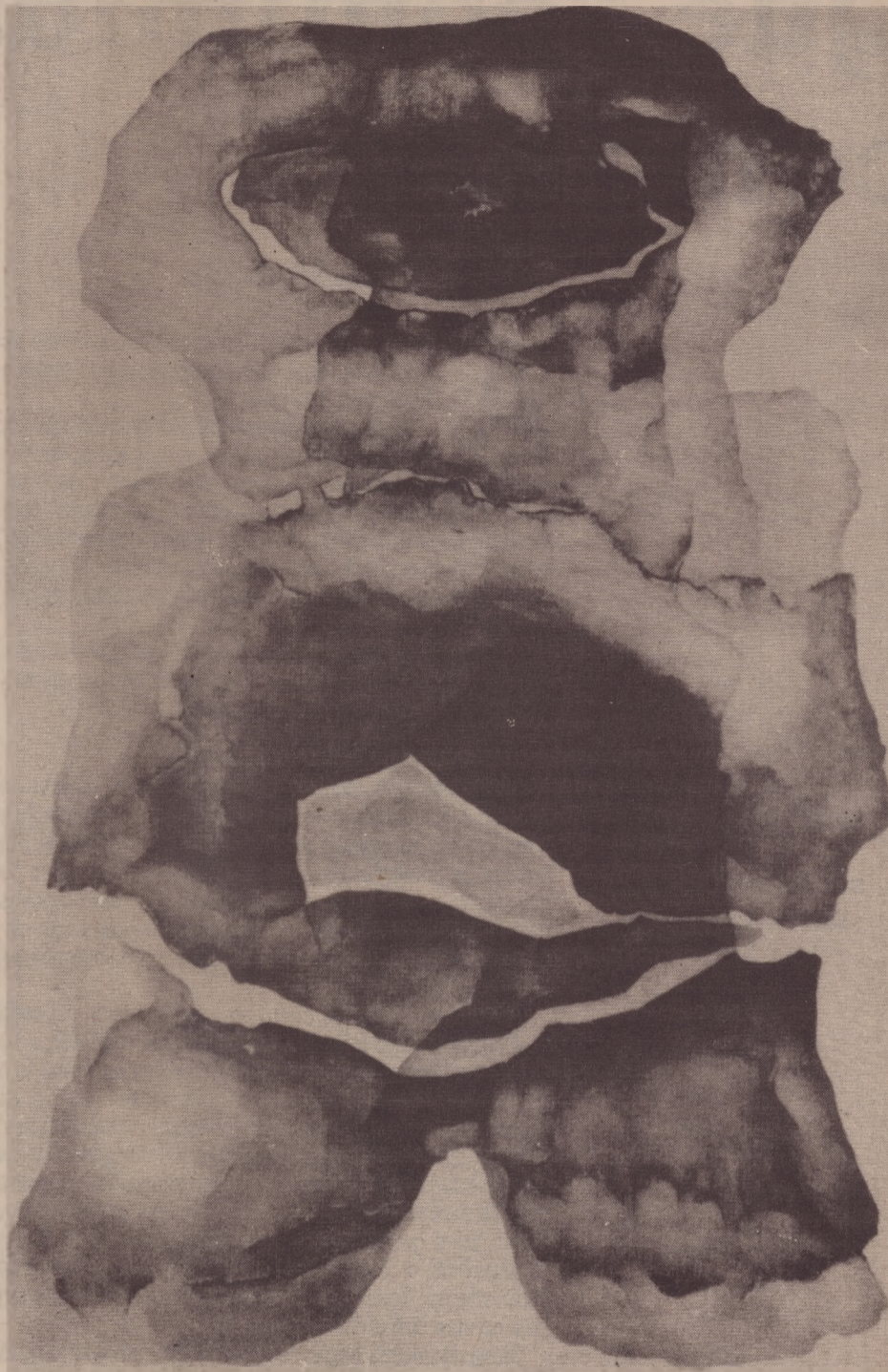
Tudo isso significa que nós não nos encontramos nem numa situação revolucionária, nem numa situação pré-revolucionária na ex-URSS.

Sem dúvida, socialmente, a classe operária é infinitamente mais forte do que seus adversários, infinitamente mais forte que em 1917 ou que em 1927. Esta força confirma a justiça de nossa avaliação da natureza contraditória da URSS.

Igualmente, o estalinismo deveria ser derrubado. Nós sempre previmos isso. Mas para que ele seja derrubado pela revolução política, esta classe deve agir como força política autônoma, ao menos no sentido elementar do termo. Este não é o caso hoje.

Após o imenso descrédito que a ditadura estalinista jogou sobre a própria idéia do comunismo, do marxismo, do socialismo, o vazio criado pela profunda crise ideológico-moral da sociedade soviética não pode ser rapidamente ocupado pela classe operária. Ela atua, mas sobre objetivos imediatos, pontuais, de maneira fragmentada e descontínua. A iniciativa política pertence às forças de direita.

Contrariamente ao que era legítimo se esperar até 1980/1, o fio que conduz da revolta de Vorkuta e da Alemanha Oriental de 1957 à revolução húngara, à primavera de Praga e à primeira etapa do Solidariedade (1980/1) foi rompido. É



preciso tempo para que ele se reconstitua.

Isto significa que uma restauração durável do poder da *nomemklatura* ou que uma restauração real do capitalismo são o mais provável? Elas são tão improváveis quanto um ascenso rápido em direção à revolução política.

Um início de restauração capitalista foi desencadeado pelo governo pró-burguês de Yeltsin. Mas entre o início e a conclusão do processo a distância é grande.

Para que haja a restauração real do capitalismo, uma extensão da economia mercantil - hoje muito menos extensa na ex-URSS do que sob a NEP - não é suficiente. Os grandes meios de produção e troca também devem tornar-se mercadorias. Isso exige pelo menos um trilhão de dólares, que não são encontrados nas condições atuais nem no ocidente, nem na própria ex-URSS. Da mesma forma, a força de trabalho deve submeter-se às leis do "mercado de trabalho". Isso significa entre 30 e 40 milhões de desempregados e uma regressão do nível de vida da ordem de 30 a 50%. Isso se chocará com uma resistência feroz.

A eventualidade mais provável é, portanto, de um longo período de decomposição e de caos. A esperança, modesta mas real, é que durante este período a classe operária soviética reconquiste pouco a pouco sua autonomia de classe. A tarefa principal das forças socialistas, muito reduzidas e divididas, é ligar-se a ela para auxiliá-la a superar os obstáculos. □

2 de janeiro de 1992

**Gorbachev
foi derrubado pela
ala da burocracia
dirigida por Yeltsin.**

Que "comunidade" construir?

David Seppo

A forma que afinal tomarão as relações entre as diferentes repúblicas da antiga União Soviética ainda não está clara.

Mas o reconhecimento da independência da Ucrânia por parte de alguns estados ocidentais e o acordo, assinado em Minsk de 8 de dezembro de 1991, entre os presidentes da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia sobre a criação de uma "Comunidade de Estados Independentes" levantam numerosos e complexos problemas com relação a natureza dos movimentos nacionais e independentistas na URSS.

De início é necessário perguntar se a União Soviética era um império e, se este era o caso, qual era a natureza específica das relações imperialistas.

O que era a URSS?

A dominação burocrática centralizada que emana de Moscou é, frequentemente, identificada com a dominação e a exploração econômica russas das outras repúblicas. Na prática, os privilégios de que gozavam os russos eram de dois tipos: a prioridade, compartilhada com outros povos eslavos, para ocupar lugares no mais alto nível das administrações centrais, e a utilização do russo como língua oficial na União Soviética.

Esta situação mudou muito através da história e seria necessária uma análise detalhada de cada república e de cada grupo étnico para captar estas mudanças. Durante o período Breznev, por exemplo, em numerosas regiões, os russos e as outras minorias foram objeto de discriminações. Todavia salvo estas duas questões muito importantes da administração e da língua, o povo russo tem sofrido o mesmo grau de exploração política e econômica por parte da burocracia que a grande maioria dos povos não russos. Estes últimos anos, o ódio aos russos o "centro", tão habilmente explorado por Yeltsin e os liberais, era quando menos tão forte como o dos outros povos.

Os nacionalistas não russos transformaram a afirmação segundo a qual "Moscou" explorava seus povos no seu cavalo de batalha. Mas ainda que "Moscou" esteja situada geograficamente na Rússia, não é obrigatório indentificá-la com a Rússia. Em praticamente todas as regiões desta república, seus naturais afirmavam, com razão: "Moscou nos explora". Se é calculado o valor das trocas entre as repúblicas sobre a base dos preços do mercado mundial, talvez se perceba que a Rússia dava uma ajuda líquida às economias das outras repúblicas, porque produzia a maior parte das matérias-primas e de outros bens exportáveis e convertíveis em divisas (petróleo e gás, metais preciosos e não preciosos, madeira e papel, etc). Eles eram trocados nos marcos da União (e do Conselho de Ajuda Econômica Mútua, CAEM) a preços muito mais baixos que os do mercado internacional.

Era notório que os armazéns de Moscou, Leningrado, Kiev, outras capitais e grandes cidades estavam melhor abastecidos que os do resto do país. Mas esta prática, como a dos preços e dos privilégios burocráticos, respondia a uma decisão política que pouco tinha a ver com considerações nacionais ou étnicas.

Por outro lado, os nacionalistas russos, como os de outras repúblicas européias mais industrializadas, argumentam que ajudaram as repúblicas menos desenvolvidas, principalmente as muçulmanas. Isto é, sem dúvida, certo se calculam-se os preços com base nos do mercado mundial. Mas tais preços representam um critério de justiça? Além disso, todos os povos da URSS contribuíram economicamente para o desenvolvimento industrial das regiões européias. Na mesma lógica, os habitantes da rica zona petrolífera de Tlumen, na Sibéria, na própria república russa, poderiam dizer que ajudaram as outras regiões e reclamar sua independência. Mas não é nada evidente que Yeltsin - que tanto fez para

desmantelar a União Soviética com o objetivo de construir seu próprio poder - se mostrasse complacente diante de tal reivindicação, pois quando se trata do território russo não é partidário da autodeterminação.

Os socialistas apóiam o direito à autodeterminação enquanto direito democrático fundamental. Pela mesma razão durante a *perestroika*, a maior parte dos trabalhadores soviéticos começaram a apoiar a soberania das diferentes repúblicas. Tinham a impressão de que os governos de tais repúblicas, eleitos por sufrágio universal, lhes eram mais próximos e permitiriam, dessa maneira, um controle democrático. Mas muitos trabalhadores - que, em princípio, abarcavam a maior parte dos habitantes das Repúblicas Bálticas -, ao mesmo tempo que se opunham ao hipercentralismo burocrático, não desejavam o desmantelamento do "centro". Queriam que este se tornasse mais democrático e se reformasse para que exercesse somente os poderes que as repúblicas lhe delegaram voluntariamente. Este era o sentido dos resultados, aparentemente paradoxais do *referendum* de março de 1991, no que uma maioria esmagadora de ucranianos, por exemplo, votou pela soberania da Ucrânia e por uma união renovada. A população queria uma união formada a partir de baixo e não a partir da cúpula, mas que fosse uma verdadeira união, com poderes reais, entre eles o de redistribuir a riqueza.

A "união" eslava

Gorbachev, que resistiu à pressão popular pela democratização do Estado central, carrega a principal responsabilidade pela desintegração da União Soviética. Ao mesmo tempo, os sentimentos populares opostos ao "centro" tem sido explorados e manipulados pelos dirigentes das repúblicas que queriam construir e/ou salvar seu próprio poder. Na prática, este poder está distante de ser democrático e, com o tempo, tornar-se-á cada vez mais autoritário. Esta é a lógica das coisas, na medida em que estes regimes são incapazes de frear o declínio econômico e seus programas de reformas tem uma natureza fundamentalmente antipopular.

A surpreendente transformação do presidente da Ucrânia, Leonid Kravtchuk é um exemplo notório. Até o golpe de 19 de agosto, durante o qual adotou uma posição muito equivocada, este antigo burocrata comunista, partidário de última hora da soberania ucraniana, opunha-se ferozmente à independência e à separação de sua república. Logo após o golpe, transformou-se um furioso independentista, negando-se a firmar o tratado econômico da União proposto e rechaçando toda forma de Estado central, que comparava com o "totalitarismo". Kravtchuk interpretou também o *referendum* de 1º de dezembro na Ucrânia como um rechaço a todo Estado central e anunciou que devia obedecer a vontade popular.

Na realidade, o *referendum* não colocava realmente a questão de um novo tratado da União. Além disso a "inclinação" de Kravtchuk pela democracia não lhe impediu de negociar e firmar o acordo de Minsk no maior segredo e sem nenhum mandato popular.

Repúblicas asiáticas

Este acordo deriva não só de um procedimento fundamentalmente antidemocrático, mas também tem aspectos abertamente racistas, como deixa entender o presidente de Kazakistão, Nursultan Nazarbayev, porque somente as repúblicas eslavas participaram dele. Em seguida, convidaram as outras repúblicas a somarem-se a ele, negando-lhe todo direito a negociar nos termos em que os eslavos haviam feito.

Frente aos protestos das repúblicas não eslavas, os três signatários parecem ter recuado, mas a mensagem é clara: qualquer que seja a nova "comunidade" escolhida, não haverá nenhum compromisso - como era o caso, ao menos formalmente na União Soviética - de igualdade política entre as repúblicas ou de justiça social na redistribuição das riquezas.

O acordo de Minsk aparece somente como um gesto

A opressão do centro burocrático não pode ser identificada a opressão russa.

Burocratas transformaram-se em nacionalistas para se manterem no poder.

1 RUSSIA

Superfície: 17.075.400 Km².
População: 147.386.000 em russos, 81,5%; tártaros, 4%; ucranianos, 3%; bielorrussos, 0,8%. **Renda per capita:** 2.536 rublos. **Distribuição de emprego:** (sobre a PEA): agricultura, 14%; indústria, 42%; serviços, 44%.

2 UCRÂNIA

Superfície: 603.700Km².
População: 51.542.000, em ucranianos, 72%; russos, 22%; bielorrussos, 1%. **Renda per capita:** (sobre a PEA) agricultura 20%; indústria, 40%; serviços, 40%.

3 BIELO-RÚSSIA

Superfície: 207.700Km².
População: 10.152.000, em bielorrussos, 78%; russos, 13,2%; ucranianos, 3% e polacos, 2%. **Renda per capita:** 2.549 rublos. **Distribuição de emprego:** (sobre a PEA) agricultura, 22%; indústria, 40%; serviços, 38%.

4 MOLDÁVIA

Superfície: 33.700Km².
População: 4.335.000, em moldavos, 64,5%; ucranianos, 14%; russos, 13%. **Renda per capita:** 1.820 rublos. **Distribuição de emprego:** (sobre a PEA) agricultura, 35%; indústria, 28%; serviços, 37%.

5 CAZAQUISTÃO

Superfície: 2.717.300Km².
População: 16.464.000 em cazaquistânês, 39,6%; russos, 37,8%; ucranianos, 5,4%; tártaros, 4%; uzbekos, 2%; bielorrussos, 1,1%. **Renda per capita:** 1.566 rublos. **Distribuição de emprego:** (sobre a PEA) agricultura, 23%; indústria, 31%; serviços, 46%.



6 USBEQUISTÃO

Superfície: 447.400 Km².
População: 19.810.000, em uzbekos, 71,45%; russos, 8,3%; tadziques, 4,7%; cazaquistânês, 4%. **Renda per capita:** 1.105 rublos. **Distribuição de emprego:** (sobre a PEA) agricultura, 38%; indústria, 24%; serviços, 38%.

7 TURKMENISTÃO

Superfície: 448.100 Km².
População: 3.523.000, em turcomanos, 72%; russos, 9,5%; uzbekos, 9%; cazaquistânês, 2,5%. **Renda per capita:** 1.443 rublos. **Distribuição de emprego:** (sobre a PEA) agricultura, 41%; indústria, 21%; serviços, 38%.

12 GEORGIA

Superfície: 69.700Km².
População: 5.401.000, em georgianos, 70,1%; russos, 6,3%; armênios, 8,1%; azerbaijanos, 5,7%. **Renda per capita:** 1.964 rublos. **Distribuição de emprego:** (sobre a PEA) agricultura, 27%; indústria, 29%; serviços, 44%.

11 ARMÊNIA

Superfície: 29.800 Km².
População: 3.305.000, em armênios, 93,3%; azerbaijanos, 2,6%; russos, 1,6%. **Renda per capita:** 1.919 rublos. **Distribuição de emprego:** (sobre a PEA) agricultura, 19%; indústria, 39%; serviços, 42%.

10 AZERBAIJÃO

Superfície: 86.600 Km².
População: 7.021.000, em azerbaijanos, 82,7%; russos, 5,6%; armênios, 5,6%. **Renda per capita:** 1.664 rublos. **Distribuição de emprego:** (sobre a PEA) agricultura, 34%; indústria, 26%; serviços, 40%.

9 QUIRGUIZISTÃO

Superfície: 198.500 Km².
População: 4.258.000, em quirguizes, 52,4%; russos, 21,4%; uzbekos, 13%; ucranianos, 2,5%. **Renda per capita:** 1.235 rublos. **Distribuição de emprego:** (sobre a PEA) agricultura, 34%; indústria, 27%; serviços, 39%.

8 TADJQUISTÃO

Superfície: 143.100 Km².
População: 5.093.000, em tadziques, 62,3%; uzbekos, 23,5%; russos, 7,6%. **Renda per capita:** 978 rublos. **Distribuição de emprego:** (sobre a PEA) agricultura, 42%; indústria, 21%; serviços, 37%.

suplementar de Yeltsin e sua corte que procura minar confiança dos povos da antiga URSS, com o objetivo de assegurar-se que não haverá uma união renovada e democrática. A evocação, por parte do porta-voz de Yeltsin, logo depois do golpe, de uma revisão das fronteiras com a Ucrânia se esta optava pela independência, não foi provavelmente um passo em falso, mas uma iniciativa calculada para estimular a opinião pública ucraniana a opôr-se a uma União renovada. As novas e velhas elites russas têm tudo a ganhar, seguidas (muito de longe) pelas da Ucrânia e Bielorrússia, com uma "comunidade de repúblicas independentes" onde as relações seriam unicamente definidas pelas suas forças econômicas e políticas e pelos preços do mercado.

O que é que corresponde aos interesses populares nestes diferentes acordos? Este deve ser, no final das contas, o critério fundamental, das socialistas. A situação da questão nacional está eminentemente ligada a da economia. Os socialistas, obviamente, alegam-se com o fim da dominação burocrática sob todas as suas formas. Mas o que a substitue não constitui automaticamente um progresso.

A economia nacionalizada, administrada pela burocracia, é substituída por um projeto de economia capitalista, baseada na propriedade privada. Uma transição deste tipo implica não somente na passagem de um sistema de exploração a outro, mas também na perda de direitos reais e formais dos trabalhadores (direito ao emprego e à segurança econômica em geral, e daí a um salário social importante sob a forma de atendimento médico gratuito, educação, produtos básicos e serviços subvencionados).

Mesmo a perda de direitos que eram completamente formais constitui um verdadeiro retrocesso, já que eles perderam legitimidade e isso torna muito mais difícil defendê-los politicamente.

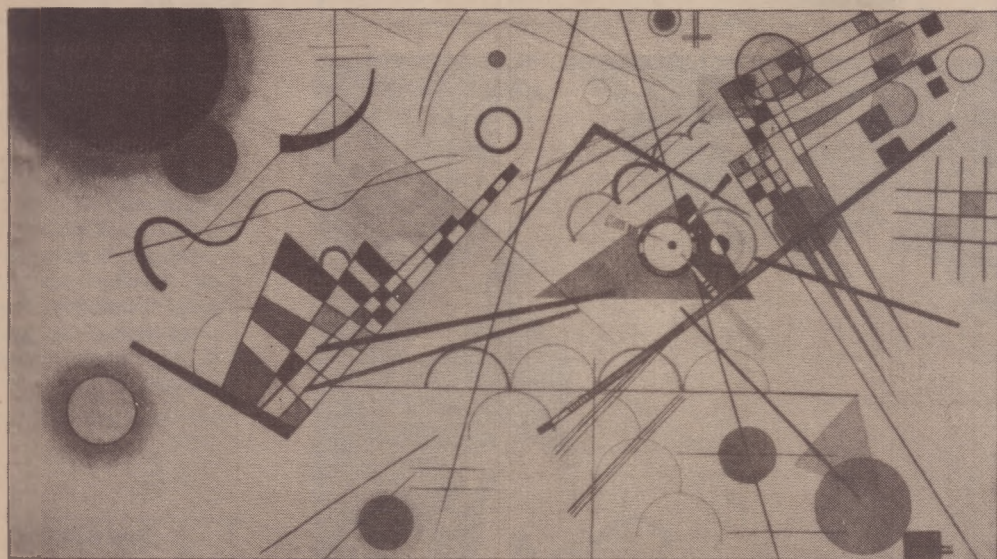
Os grandes perdedores

As coisas também são complexas no que se refere às relações nacionais, terreno em que, apesar da dominação burocrática, existia um compromisso formal, e em certa medida real ainda que limitado, pela igualdade e justiça social. O ataque fundamental da política de Yeltsin e de outros membros da "comunidade eslava" visa acabar inclusive com esta prática progressista limitada e declarar ilegítima e indesejável a velha política.

Tudo isto se faz sob a bandeira democrática da eliminação dos vestígios do "regime totalitário". Mas os socialistas não devem equivocar-se. A camada mais consciente da classe operária das repúblicas não se equivoca.

Alexandre Uktin, do Sindicato Independente de Mineiros afirma: "Temos tido uma série de conferências com representantes sindicais e o que parece é que a única coisa que poderia salvar nosso país - fecho os olhos e não consigo desenhar o mapa da Rússia, mas somente da União Soviética - seria um espaço econômico comum. Mas aqueles que tem-se encarregado de reconstruir este espaço são políticos que se interessam, em primeiro lugar, na solução de seus próprios problemas políticos mediante uma chantagem econômica. É por exemplo, o que está por trás da negativa da Ucrânia firmar o tratado econômico." □

Não espere



*Esta entrevista foi realizada por Maxine Molyneux, professora da Universidade de Essex (Inglaterra), que ouviu Anastasya Posadkaya, diretora do Centro de Estudos de Gênero, vinculado à Academia de Ciências de Moscou e participante do grupo Nezhdi, que em russo quer dizer Não espere. Entrevista publicada no jornal espanhol *Página Abierta* nº 1.*

O que diria, como feminista, àqueles que proclamam que o socialismo falhou e que, em particular, fracassou com as mulheres?

Existem vários pontos de vista dependendo se são do Ocidente ou dos chamados países socialistas. O ponto de vista ocidental distingue diferentes tipos de socialismo e, portanto, enxerga que existe uma forma distorcida de socialismo. No Ocidente, socialismo geralmente, quer dizer valores socialistas, bons valores, uma alternativa ao capitalismo. Mas para os habitantes da URSS o que tinhamos era socialismo. A opinião geral é: "Tivemos o socialismo e estamos fartos, queremos algo diferente".

O projeto socialista para a emancipação das mulheres foi mal concebido?

Um dos problemas é que a solução da chamada "questão das mulheres" sob o socialismo nunca se realizou. A idéia era que a emancipação das mulheres ocorreria através da incorporação massiva à produção social e da socialização do trabalho doméstico, enquanto o partido trabalharia para mudar as atitudes das pessoas. Muitas destas idéias não corresponderam à prática política. Então, podemos dizer que as idéias eram erradas?

A aplicação prática de uma alternativa socialista às circunstâncias concretas da Rússia fracassou e isto levou ao fracasso de outros aspectos do projeto de transformação geral da sociedade.

Agora não podemos nem mesmo usar os velhos termos porque foram desacreditados. Conceitos maravilhosos como igualdade, emancipação, solidariedade, não mais podem ser usados porque descreviam uma realidade oposta.

Sempre houve um compromisso formal, na história da URSS, de igualdade legal, emancipação das mulheres, educação e emprego. Poderia resumir os efeitos deste sistema na vida das mulheres?

Este compromisso sempre existiu, porém era absolutamente formal e instrumental. Nós tínhamos uma das principais taxas de participação das mulheres na produção, 82%, mas isto era sempre utilizado para demonstrar as grandes conquistas das mulheres.

Você participa da associação Iniciativa Independente de Mulheres Democráticas (NEZHDI). Como surgiu esta proposta?

Nós queríamos ir além de pressionar o poder. Não poderíamos depender do governo se estamos realmente comprometidas com a problemática da mulher. Na primavera de 1990 começamos a realizar um seminário em nosso Centro de Estudos de Gênero, com título amplo de "Mulheres, política e políticas". Passamos a desenvolver nossa própria política e uma agenda com outros grupos de mulheres.

Outra razão para fundar a associação era que não queríamos repetir os erros do movimento oficial de mulheres, organizado pelos Comitês de Mulheres Soviéticas. Elas mudaram seu nome para outro, mais neutro, União de Mulheres. Nossa crítica é que não eram eleitas por ninguém, não representavam nada.

A sexualidade é uma área claramente problemática na União Soviética pelo puritanismo imposta oficialmente e por questões práticas como não dispor de anticoncepcionais adequados. É difícil expressar estes problemas em termos políticos?

Sim, a sexualidade é diferente. Não há qualquer preocupação nesse sentido que tenha sido apresentada por homens ou mulheres publicamente. Sabemos que há problemas associados com a chamada "sexualidade normal" e a família heterossexual. Muitas pessoas sofrem por serem diferentes desta "normalidade". Porém ainda não há discussão sobre isso.

Alguns grupos apareceram. Houve uma demonstração homossexual em Moscou e existe um grupo em nossa associação chamado Safo, e ainda que existam muitas lésbicas neste grupo, elas não tem feito da sexualidade um problema político.

O que parece às feministas soviéticas o auge da pornografia no Leste Europeu e na URSS?

Tivemos uma grande discussão com o Grupo Lotus sobre a pornografia e sobre a utilização das mulheres em propaganda e em concursos de beleza. Terminou com lágrimas de minha parte e uma fúria para com outras mulheres, na medida em que meus argumentos acabavam e eu estava em absoluta minoria. Para mim o controle do Estado ou a censura estatal é um perigo ainda maior. Creio que não devemos permitir que o Estado se envolva nisto. A pornografia é como a varíola, as pessoas deveriam desenvolver sua própria imunidade, não depender da "medicina" estatal.

Há um perigo real de que se desenvolva um movimento neoconservador, que alimente as ansiedades acerca da decomposição social e fortaleça as correntes que favoreçam a volta à casa das mulheres?

Sim. Penso que alguma coisa destas pode se suceder na URSS. Foi uma sociedade achatada por um grande peso. Este peso agora está se levantando e os contornos da sociedade estão se alterando.

Com relação à família, somos contrárias a que as mulheres não tenham alternativas, porém não somos contrárias à família como instituição. Nossos pontos de vista talvez sejam diferentes das feministas ocidentais, que vêem a família como algo que prende as mulheres e as aliena da vida real.

Em nosso país todas as instituições foram destruídas pelo Estado, incluindo, em muitos aspectos, a família. A vida particular das pessoas era vista com muitas suspeitas. Até algumas canções foram proibidas durante a II Guerra Mundial com a desculpa de que o amor distraia os soldados em relação ao grande futuro comunista. A esfera privada era tão perseguida que agora vemos a nova força política jogar com isso. É o mesmo na Polônia e nas repúblicas bálticas. Nossa gente progressista, nossos democratas, todos dizem que a família foi destruída pelo Estado, que as mulheres perderam sua feminilidade e se masculinizaram. Assim, parece progressista recriar a família que o Estado destruiu. Isto dificulta a posição feminista. □

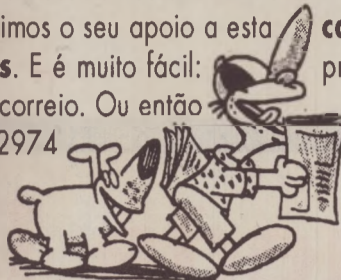
O compromisso do Estado com a emancipação das mulheres sempre foi formal

Parece progressista recriar a família que o Estado destruiu. Isso dificulta a posição feminista.

4.500

ASSINATURAS

Este é o novo número de assinantes do **BRASIL AGORA**. Mas queremos mais, por isso pedimos o seu apoio a esta **campanha nacional de assinaturas**. E é muito fácil: preencha o cupom e envie pelo correio. Ou então assine pelos fones e 220.7718.



ASSINE BRASIL AGORA AGORA

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado a **EDITORA BRASIL AGORA LTDA.** - Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Brasil Fones (011) 220.7198, 222.6318, 220.7718 e 223.2974

NOME _____
END. _____
MUNICÍPIO _____ Nº _____ APTO _____
FONE _____ UF _____ CEP _____
PROFISSÃO _____

- Assinatura 12 edições Cr\$ 19.000,00
- Assinatura para o exterior US\$ 50,00 (semestral)
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 40.000,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 64.000,00

APOIO DO JORNAL EM TEMPO À CAMPANHA NACIONAL DE ASSINATURAS DO BRASIL AGORA

EM TEMPO:

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson Almeida, Hugo Manso Jr., Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

Jorn. Resp.: Celia Regina de Souza
Reg. MTb nº 18663DRT/SP

Equipe de Edição: Adelaide Jôia, Jose Correa Leite, Carlos Henrique Árabe.

Capa: Caco Bisol

Editoração: Página 7 Artes Gráficas

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Artur de Azevedo, 556 - Pinheiros - São Paulo - CEP 05.404 Fone: 852-8880. CGC nº 46.093.0001-10

Sucursais: **Porto Alegre:** Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bom Fim CEP 90.210 Fone 27-4642; **Rio de Janeiro:** Rua Senador Dantas, 117 Sala 1142 CEP 20.031; **Vitória:** Pça. Quintino Bocaiuva, 16 s/707 CEP 29.000 Fone 223.0921; **Salvador:** Rua Amparo do Tororó, 19 CEP 40.050.

Assine EM TEMPO:

Quero assinar EM TEMPO e receber em meu endereço 12 jomais por um ano. Minha opção de assinatura é:

() Normal Cr\$ 15.000,00 () Apoio Cr\$ 20.000,00

Nome: _____

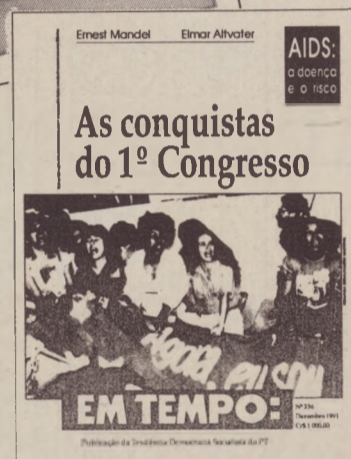
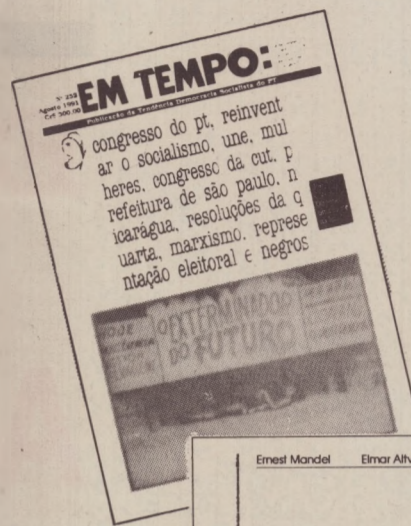
Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____ Telefone: _____

Recorte e envie juntamente com um cheque no valor assinalado para:
Rua Artur de Azevedo, 556 CEP 05404 - m São Paulo - SP

História de coerência



EM TEMPO é uma publicação interna ao Partido dos Trabalhadores. Espaço de opinião, debate e análises, **EM TEMPO** compartilhou de muitas idéias que hoje caracterizam o Partido: a defesa da democracia socialista, o feminismo, o internacionalismo, a própria concepção de partido estratégico.

Idéias de amanhã também são debatidas no **EM TEMPO** hoje: os desafios estratégicos do socialismo, as grandes viradas internacionais, a luta contra o preconceito e a Aids, a questão ecológica.

EM TEMPO tem um ponto de vista definido, dialogando com outras opiniões também presentes na vida partidária. **Aprendendo e contribuindo com o PT, construindo uma trajetória de identidade com o Partido ao longo de toda sua história.**

EM TEMPO comemora esta história de coerência, agora com mais um motivo: o lançamento do **BRASIL AGORA** este tão esperado jornal do PT.

Queremos comemorar com você! Além de assinar a imprensa partidária, propomos que você seja também assinante do **EM TEMPO**, a mais antiga - e sempre nova - publicação interna do PT.

Esperamos que você também assine embaixo.

IMPRESSO

EUA: queda livre?

Winfried Wolf

A economia norte-americana, que desde os anos 50 cumpriu um papel absolutamente dominante no mercado mundial, parece ter atingido um ponto que lembra a derrota da indústria inglesa pela competição americana durante e após a Primeira Guerra Mundial.

Há três setores remanescentes em que a economia americana tinha, até agora, uma pequena vantagem sobre seus competidores japonês e europeus: o aeroespacial, o de armamentos e o setor financeiro. Em novembro de 1991, a segunda maior fábrica de aviões dos EUA e do mundo, a McDonnell Douglas, teve que vender 40% do seu setor de aviação comercial para a Taiwan Aerospace Corp. No último meio século, a fatia da McDonnell no mercado mundial foi de 23%, mas nos últimos anos vem caindo, estando hoje em 17%.

É principalmente a competição do Airbus europeu, subsidiado por cem bilhões de marcos, que pressiona a indústria americana. Na sequência desta derrota, em 5 de dezembro de 1991, a Pan Am faliu.

Chips japoneses

No que diz respeito à indústria de armamentos, vendedores japoneses tem lembrado que o coração das armas utilizadas pelos Estados Unidos na guerra do Golfo são chips de origem japonesa. Os EUA já foram ultrapassados pelo Japão no setor de semicondutores nos anos 80. Agora, na nova crise, as principais firmas eletrônicas americanas já anunciaram perdas e demissões massivas. Só a IBM vai demitir 25 mil trabalhadores até o fim de 1992. A AT&T e sua associada NCR reduziram seus quadros em 14 mil trabalhadores.

Finalmente, no setor financeiro, os EUA perderam sua posição de liderança para o Japão nos anos 80. Esta é a esfera que representa o maior perigo para a economia americana. Até o início da década a lista dos maiores bancos era liderada pelos americanos, mas hoje apenas um - o Citicorp - está entre as 30 maiores instituições. Dois dos maiores bancos do país, o Bank of America e o Chase Manhattan, estiveram a beira da falência nos últimos cinco anos.

Tivemos, em abril de 1991, o maior colapso já visto pelo setor de seguros, quando o Estado da Califórnia teve que socorrer a Executive Life Insurance Company. A empresa negociava com papéis especulativos de alto risco.

O mesmo destino atingiu todo um ramo do setor financeiro, o setor de Savings & Loans (poupança e empréstimos, destinados a pequenos poupadores), afetando cerca de três mil instituições. Isto foi o resultado da especulação legalmente encorajada. O estado teve que assumir dívidas que crescem a cada ano, atingindo hoje 500 bilhões de dólares.

Em novembro de 91, o Escritório Geral de Contabilidade do Congresso americano anunciou que 35 dos duzentos maiores bancos americanos estão correndo o risco de falência.

O quadro de declínio do setor financeiro americano já atingiu o mercado de ações em Nova Iorque. Desde 1987 Wall Street demitiu 45 mil funcionários e anuncia agora a

demissão de mais 40 mil. Wall Street foi substituída em meados dos anos 80 por Tóquio como maior mercado financeiro.

Decadência industrial e integração

Todos estes são sintomas de declínio do Império americano, oferecendo paralelos irônicos com a queda da União Soviética. Subjacente a isso, está a situação do setor produtivo. Nos últimos cinco anos, os EUA perderam fatias inteiras do mercado mundial. O coração da indústria americana, a indústria automobilística, está em profunda crise. General Motors, Ford e Chrysler tiveram as maiores perdas de sua história em 1991. Enormes setores do mercado automobilístico tem sido ocupados por importações do Japão e Coréia e, principalmente, pela produção de empresas japonesa nos EUA.

No final de 1991, de acordo com o Wall Street Journal, os lucros das 631 maiores empresas industriais americanas caíram 23% em relação aos anos anteriores.

O governo americano quer acelerar a união econômica com Canadá e México tanto quanto possível, para fazer frente a unificação européia. Entretanto no final de 91 começou a se desenvolver uma oposição a este projeto, principalmente no Canadá e EUA. A razão é o perigo dos empregos norte-americanos "fugirem" para o México, e o fato de que produtos da indústria americana apenas poderiam competir de forma limitada com os produzidos no México. Frequentemente, firmas americanas, japonesas e européias estabelecem-se no México, onde escapam dos sindicatos americanos, para ganhar parcelas do mercado do Canadá e EUA.

Déficit histórico

O governo americano, pressionado com a estagnação prolongada e com o perigo de uma súbita deterioração devido a uma quebra financeira generalizada, tem muito pouco espaço econômico de manobra. Apesar da redução da taxa de juros, pelo sistema bancário, quatro vezes entre julho de 1990 e o fim de 1991 para oferecer crédito mais barato para as empresas e famílias, não se verificou uma elevação do consumo e do investimento.

O déficit orçamentário americano já havia atingido em 1990 o recorde de US\$ 270 bilhões e ele elevou-se a pelo menos US\$ 348 bilhões em 1991. Neste ano, pela primeira vez, os EUA tiveram uma parcela maior do déficit devido ao pagamento de juros do que aos gastos com a defesa. Cortes maiores nos impostos, como propostos por algumas lideranças políticas americanas, podem conduzir a um ligeiro aumento nos investimentos, mas também aumentariam o déficit orçamentário para um nível ainda mais perigoso.

Uma série de importantes economistas, incluindo o influente banqueiro Felix Rohatyn, tem um ponto de vista oposto. Seu ponto de partida é que a raiz do problema da economia americana encontra-se na pobreza da infra-estrutura, no sistema de educação ruim, no sistema de saúde crescentemente insatisfatório e no investimento inadequado com vistas a um aumento global da produtividade. Daí, derivam a proposta de uma aumento dos impostos para financiar reformas de estruturas básicas e organizar, ao invés de uma nova ordem mundial, uma "nova ordem doméstica". Este programa, entretanto, implica em tirar dinheiro das empresas e indivíduos, aprofundando ainda mais a recessão. □

Perda de competitividade, colapso financeiro, domínio japonês da informática, crescente déficit público compõem o declínio do império americano..